

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E POLÍTICAS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO**

**PROJETO PEDAGÓGICO CURRICULAR DO CURSO DE
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**Versão atualizada em atendimento as Diretrizes Curriculares Nacionais instituídas pela
Resolução CNE/MEC nº 1, de 13 de janeiro de 2014**

**UNIRIO
2014**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E POLÍTICAS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO

CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Criado pela Resolução 2943, de 23/08/2008, do Conselho Superior Universitário.

Aprovado pela Resolução 2980, de 18/12/2008, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Reconhecido através da Portaria nº 275, de 14/12/2012, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior do Ministério da Educação.

Projeto Pedagógico Curricular alterado para atender a nova DCN sendo aprovado pela Resolução 4.353 de 3 de julho de 2014

Reitor: Prof. Dr. Luiz Pedro San Gil Jutuca

Pró-Reitora de Graduação: Prof.^a Dra. Loreine Hermida da Silva e Silva

Diretor do Departamento de Documentação e Registro Acadêmico: Prof. Dr. Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda

Diretora de Avaliação e Informações Institucionais: Astride Izabel Costa Pais Rangel

Coordenador do Curso: Prof. Dr. Marcelo Motta Veiga

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
1. HISTÓRICO DO ENSINO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	5
2. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO UNIVERSITÁRIA – UNIRIO	10
2.1 CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E POLÍTICAS (CCJP).....	10
3. ASPECTOS GERAIS DO CURSO	13
3.1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO.....	13
3.2 ESTRUTURA ADMINISTRATIVO-ACADÊMICA.....	17
3.3 ATRIBUIÇÕES DO COORDENADOR.....	17
3.4 COORDENADOR DO CURSO.....	18
3.5 DO DEPARTAMENTO DE ESTRATÉGIA DE GESTÃO.....	18
3.6 DA SECRETARIA ACADÊMICA.....	19
3.7 COLEGIADO DE CURSO	19
3.8 CORPO DOCENTE	20
3.9 REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL.....	20
4. PROJETO PEDAGÓGICO	20
4.1 DIMENSÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO	21
4.2 JUSTIFICATIVA.....	22
4.3 PERFIL DO EGRESSO	23
4.4 ESTRUTURA DOS COMPONENTES CURRICULARES	24
4.4.1 MATRIZ CURRICULAR	25
4.4.2 ÊNFASE NA TRANSDISCIPLINARIDADE	27
4.5 ATIVIDADES COMPLEMENTARES	27
4.6 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC).....	28
4.7 ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO	32
4.8 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO	33
5. DA PESQUISA.....	36
6. NORMAS E CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO	37
7. EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	37
8. DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS	39
9. DISCIPLINAS OPTATIVAS.....	41
10. TABELA DE EQUIVALÊNCIAS DE DISCIPLINAS COM O PPC ANTIGO.....	44
11. QUADRO DE COMPONENTES CURRICULARES.....	53
12. CARGA HORÁRIA TOTAL DOS COMPONENTES CURRICULARES.....	71

INTRODUÇÃO

Apresenta-se neste documento uma versão atualizada do **Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Administração Pública** da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) em conformidade com o Estatuto e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da UNIRIO e com as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação em Administração Pública (Resolução No. 1, de 13 de janeiro de 2014, do Conselho Nacional de Educação). Esta versão atualizada do Projeto Pedagógico Original do curso incorpora atualizações das recomendações dos avaliadores do MEC durante o processo de credenciamento e flexibiliza a grade curricular tornando-a mais multidisciplinar, atendendo as novas Diretrizes Curriculares Nacionais.

A UNIRIO criou o Curso de Administração Pública, pela Resolução nº 2.943, de 23 de agosto de 2008, do Conselho Universitário e Aprovado pela Resolução 2980, de 18/12/2008 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), no pleno exercício da sua autonomia constitucional e do cumprimento das normas gerais da União Federal que dispõem sobre a criação de cursos do ensino superior pelo Ministério da Educação.

Atendendo ao disposto nas Diretrizes Curriculares da época, o Projeto Pedagógico do Curso de Administração Pública foi constituído por um grupo de trabalho, para definir a sua estrutura curricular e as bases do projeto pedagógico de ensino, pesquisa e extensão do Curso. O Projeto teve origem no CCJP (Centro de Ciências Jurídicas e Políticas), primeiramente por Comissão de Ensino composta pelos professores: Prof. Aurélio Wander Bastos (Presidente), Patrícia Serra; Paulo Mendonça; Luis Octávio Barreto Leite. A Comissão apresentou seu Relatório eletrônico¹, que em nova Comissão, agora denominada de Núcleo Docente Estruturante - NDE, integrada por professores de vários Departamentos da UNIRIO (Prof. Dr. José Carlos Buzanello (sistematizador), Prof. Dr. Fernando Quintana, Prof. Dr. Benur Girardi, Profa. Patrícia Serra e o representante estudantil do CCJP Antonio Pedro Soares), reapresentaram várias propostas de projetos pedagógicos para que fossem adequados às novas demandas do Programa Governamental REUNI. O processo foi longo e de várias reuniões promovidas com o corpo docente e estudantes, com o fim de debater e colher subsídios para o grupo de trabalho, relacionados, principalmente, à grade curricular, aos conteúdos programáticos e à metodologia de formação a ser adotada. Analisou-se as experiências de outros Cursos da UNIRIO² e FGV³ e na literatura especializada⁴. O processo de discussão teve por objetivo a construção de um esboço teórico de matérias/disciplinas em ciclos de formação comuns aos Cursos de Administração Pública, Direito e Ciências Políticas, fundamental para otimizar recursos humanos do CCJP/UNIRIO.

¹ UNIRIO/CCJP. BASTOS, Aurélio Wander (org. e outros membros da Comissão do CCJP). *Diretrizes Curriculares do Curso de Graduação em Administração e Ciência Política da UNIRIO*. (arquivos eletrônicos), 09 de outubro 2008.

² UNIRIO. *Projeto Pedagógico do Curso de Biomedicina – Bacharelado da Escola de Ciências Biológicas da UNIRIO*. (arquivos eletrônicos), 13 outubro 2008. (org. Profa. Loreine Hermida da Silva e Silva).

³ ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. *Projeto Pedagógico: Curso de Graduação em Administração – 2008*, São Paulo, EAESP/FGV, 2004 (organizado por Marta Ferreira Santos Farah).

⁴ ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de e AMBONI, Nério. *Projeto pedagógico para cursos de Administração*. São Paulo. Makron Books, 2002.

Tendo em vista a criação de novos cursos de graduação da UNIRIO previsto no Programa REUNI (Cursos de Administração Pública e Ciências Políticas), o Curso de Direito passa a desenvolver formas novas na oferta de disciplinas, agora comuns aos cursos novos, com alunos de Direito, Administração Pública e Ciências Políticas. Da mesma forma, há abertura de novas vagas em disciplinas optativas ou eletivas para alunos de Direito no Curso de Administração Pública e Ciência Política e vice-versa. Com isso, racionaliza-se os sistemas de matrícula e de custos financeiros, permitindo ao aluno da UNIRIO terem mais de um diploma, seja no Curso de Administração Pública, Direito ou Ciência Política, desde que o aluno integralize um dos Cursos, requeira o reingresso e o aproveitamento das disciplinas comuns cursadas e integralize a parte restante.

A exposição do Projeto Pedagógico é precedida por uma breve reconstituição histórica do ensino de Administração Pública, a identificação da instituição universitária (UNIRIO), da sua estrutura interna e o CCJP, da contribuição da Escola de Ciências Jurídicas para a conformação dos novos Cursos.

1. HISTÓRICO DO ENSINO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O ensino de administração iniciou-se no Brasil como parte de um processo mais abrangente de adequação do Estado Brasileiro às novas funções a ele atribuídas, no âmbito da consolidação no país de um projeto nacional-desenvolvimentista, a partir dos anos de 1930. Num processo marcado por uma forte centralização no governo federal, foi preciso capacitar o Estado a novas funções – dentre as quais se destacavam a implantação da infraestrutura necessária a um desenvolvimento Econômico de base urbano-industrial e a constituição de uma estrutura de integração do trabalho e do capital a esse novo projeto, tendo como eixos a Previdência Social, a Legislação Trabalhista e a Estrutura Sindical.

A criação do Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP –, em 1938, desempenhou um papel central nesse processo, visando a estabelecer um padrão de eficiência e racionalidade na administração pública federal e instituir mecanismos impessoais de recrutamento e promoção do funcionalismo, com base em concursos públicos e no sistema de mérito.

A criação da Fundação Getúlio Vargas, em 1944, constituiu um desdobramento das metas de racionalização e profissionalização da administração pública, associadas à criação do DASP, onde foi idealizada a nova instituição. Essa nova instituição tinha, no entanto, objetivos específicos e inovadores: o ensino e a pesquisa na área de Ciências Sociais Aplicadas, com ênfase em Economia e em Administração. A pesquisa era vista como um subsídio necessário à implantação de uma nova e moderna administração pública no país e o ensino, como um elemento indispensável à preparação de quadros para um serviço público moderno e eficiente. Em 1952, foi criada a EBAP, Escola Brasileira de Administração Pública, a primeira escola de graduação em administração pública do país, com o objetivo de preparar administradores públicos para os três níveis de governo: O propósito de preparar bons administradores para o desenvolvimento do país – que se iniciara com a formação de administradores públicos - só se completaria, no entanto, com a instalação de um curso de administração de empresas. Assim, ainda em 1952, iniciou-se um processo de debate e sensibilização da comunidade para a criação de uma nova faculdade, dirigida à área de empresas.

Em painel realizado pela Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, em maio de 1952, reunindo lideranças governamentais e empresariais para discutir a criação de uma nova escola com esse enfoque, foi lida a seguinte mensagem do presidente Getúlio Vargas: “*A Escola Superior de Administração de Empresa, que a Fundação Getúlio Vargas deseja estabelecer em São Paulo, será a outra metade do esforço para a instituição do ensino de Administração de que o Brasil carece. Por esse meio, as Empresas brasileiras, pequenas e grandes, industriais e comerciais, bancárias e agrícolas terão a seu serviço um centro de formação sistemática de especialistas nas técnicas modernas que, na vida das Empresas, desempenham papel talvez mais importante do que o capital, as matérias-primas e até mesmo a mão-de-obra.*”⁵

Documento da época explicita os objetivos da criação de curso com foco na área pública: “*A máquina administrativa governamental vem passando por uma completa transformação, no sentido de tornar-se mais eficiente. Sem exagero, pode-se afirmar que uma administração pública eficiente é uma das condições básicas para o desenvolvimento de uma nação. Para satisfazer tal condição é necessário aperfeiçoar o pessoal de nível alto e médio dos órgãos e serviços públicos. Além disso, é preciso preparar aqueles que deverão, no futuro, ocupar cargos de níveis altos na administração pública. Para tanto, é condição indispensável uma formação técnica da melhor qualidade, bem como uma formação humanística, que permita o entendimento da extensão que deverá ter o seu papel de agente do desenvolvimento*”.

Além de explicitar os motivos que presidiram a criação do Curso de Administração Pública, destaca-se, no Projeto a concepção pedagógica a articulação entre a formação humanista e a técnica. A constituição do campo, no entanto, ia além desse nascimento da formação em administração em nível superior. Incluía a regulamentação da própria profissão, o que só ocorreu em 1968, após um período marcado por ações movidas por economistas, contra ex-alunos da Escola⁶.

A Administração Pública como disciplina foi-se consolidando ao longo do tempo, inclusive nos Estados Unidos. Os estudos pioneiros de administração pública foram os de Woodrow Wilson, Professor de Ciência Política da Universidade de Princeton e, posteriormente, presidente dos Estados Unidos. Sua preocupação, nos anos próximos a 1880, era a criação de uma classe administrativa apartidária, selecionada na base do mérito, para, assim, neutralizar o nepotismo e o favoritismo que dominavam a administração pública norte-americana do século XIX. Wilson acreditava que “o negócio do governo é organizar o interesse comum contra os interesses especiais”. Para ele, a melhor forma de desenvolver a administração pública era tomar do *management* empresarial as normas de disciplina e de mérito na manutenção do cargo e nas promoções. Mas isso não significava, para ele, que negócios e administração pública fossem semelhantes: “a administração governamental pode e deveria ser como a de empresas, porém ela não é empresa. É vida social orgânica”⁷. A visão norte-americana das ciências administrativas integra a descrição e análise das realidades administrativas públicas e privadas, mas não as confunde.

Tânia Fischer lembra que até 1930 “O administrador público era considerado um mero executor de políticas, dentro de princípios de eficiência, considerados não apenas o fim do sistema, mas também a medida de eficácia do mesmo. A partir dos anos 30 e da Primeira Guerra Mundial, o crescimento do aparato estatal influenciou na mudança

⁵ COSTA, Jorge Gustavo da. *Fundação Getulio Vargas: pioneirismo a serviço do desenvolvimento nacional*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1988, pg. 57.

⁶ CURADO, Isabela Baleeiro. EAESP/FGV: um passeio pelo labirinto. *RAE*, v.34, n.3, mai./jun 1994, pg. 16.

⁷ WILSON, Woodrow. *Congressional government*. New York: Houghton Mifflin, 1885. p. 290.

do conceito de administrador, já então percebido como formulador de políticas públicas”⁸ Nos últimos anos, predicou-se ao administrador público a superioridade das fórmulas administrativas e gerenciais surgidas no setor privado e propiciou-se a transferência dessa superioridade à administração pública como forma de melhorar sua eficiência e eficácia. Alguns representantes do *new public management* preconizaram esse tipo de transferência. Trata-se, na verdade, de afirmação que não resiste à análise dos estudiosos da administração. A decisão política leva em conta variáveis que a decisão empresarial não considera. A dependência em relação aos recursos do mercado é quase total na administração privada e os objetivos organizacionais são diferentes e muitas vezes opostos.

Peter Drucker, arauto indiscutível da gestão empresarial, lembra que, “até a década de 1930, o punhado de escritores e pensadores que se preocupavam com a administração – começando por Frederick Taylor, mais ou menos na virada do século, e terminando com Chester Barnard, logo antes da Segunda Guerra Mundial – presumia que a administração de empresas não passava de subdivisão da administração geral. Para eles, o termo ‘administração’ aplicava-se a qualquer tipo de organização, não apenas às empresas”⁹. Drucker lembra que a primeira aplicação consciente e sistemática dos princípios da administração não se deu numa empresa, foi na reorganização do Exército dos Estados Unidos, feita em 1901, por Elihu Root, secretário da Guerra de Theodore Roosevelt. Lembra, também, que o primeiro congresso de administração – em Praga, em 1922 – foi organizado não por empresários, mas por Herbert Hoover, então secretário de comércio americano e depois presidente dos Estados Unidos, e por Thomas Masaryk, historiador mundialmente famoso e presidente-fundador da então recém-criada República da Tchecoslováquia. “A identificação da administração com a administração de empresas começou apenas com a Grande Depressão, que gerou hostilidade em relação às empresas e desprezo por seus executivos. Para não ser contaminada pela associação de sua imagem com a de empresas, a administração no setor público foi rebatizada de administração pública e proclamada uma disciplina distinta – com seus departamentos universitários, terminologia e hierarquia profissional próprios”¹⁰.

A perspectiva da política pública em que se desenvolvem as atividades estatais é crescentemente dinâmica. A interação entre indivíduos, empresas e outras organizações nacionais e internacionais, bem como entre Estados tem-se intensificado como consequência da globalização das finanças e do comércio, facilitada pela evolução das comunicações e da informática. Essa situação foi-se acelerando a partir do final da Segunda Guerra Mundial e exigindo, como consequência, a permanente adequação das estruturas organizacionais a um contexto condicionado por variáveis novas ou modificadas.

Os ministros da função pública dos países da OCDE sintetizaram da seguinte forma as principais razões para reexaminar o papel do governo: a mudança profunda e rápida do contexto econômico e institucional, os problemas de complexidade crescente vinculados à globalização, que levam à necessidade de competir na economia mundial e à internacionalização de muitos assuntos que anteriormente eram preocupações domésticas, a diversificação das necessidades da sociedade, as novas tecnologias de comunicação e informação e o papel decisivo da mídia, a crescente participação dos

⁸ FISCHER, Tânia. Administração pública como área de conhecimento e ensino: a trajetória brasileira. Revista de Administração Pública, v. 14, n. 4, p. 278, out./dez.1984.

⁹ DRUCKER, Peter. Desafios gerenciais para o século XXI. São Paulo: Pioneira, 1999, pg. 12.

¹⁰ DRUCKER, Peter. Desafios gerenciais para o século XXI. São Paulo: Pioneira, 1999, pg. 14.

usuários e grupos de pressão nos processos decisórios e a exigência de maior transparência e provisão de informação em todas as áreas de ação governamental¹¹.

No âmbito das empresas privadas, a necessidade de sobreviver nesse contexto em rápida mutação e de continuar implementando nele suas missões e provocou o surgimento de novas técnicas de administração. Tal é o caso, por exemplo, do sistema de planejamento. Nos anos de 1950 a 1960, as organizações adotaram o planejamento organizacional – hoje clássico – que orientava a organização para a fixação de objetivos e metas e para a determinação de meios destinados a atingi-los. Parecia que bastava a vontade gerencial, corretamente articulada, para alcançar as finalidades almejadas. No âmbito estatal, foi a época dos grandes sistemas de planejamento governamental. Os países institucionalizaram órgãos – comissões, ministérios, corporações – destinados a elaborar planos ambiciosos de desenvolvimento e, em geral, foram bem-sucedidos. Na América Latina, foi uma época de grande crescimento econômico, orientado, financiado e realizado pelo Estado¹².

Diversos fatores foram esgotando as possibilidades dos modelos implementados. As transformações do cenário internacional exigiram a adoção de formas mais flexíveis de planejamento e administração. As empresas adotaram, então, as técnicas do planejamento estratégico, isto é, um planejamento que leva em consideração as variáveis externas à organização, a maioria delas não controláveis pelos gerentes. O dinamismo do contexto exigia estratégias e não mais metas e objetivos claros, bem delimitados e rígidos. A necessidade de auscultar a conjuntura e prever a evolução da estrutura socioeconômica tornou imprescindíveis as técnicas de construção de cenários. Essas permitiriam modelar organizações capazes de implementar suas estratégias em cenários alternativos. A ocorrência de algum dos cenários previstos seria independente da vontade e da ação dos responsáveis pela organização. Mas os acontecimentos da década de 1970 – guerras, crises petrolíferas e financeiras, etc. –, com a conseqüente transformação do contexto e o surgimento de novas variáveis, mostraram que os sistemas de planejamento estabelecidos eram muito lentos e rígidos para dar conta de uma conjuntura que exigia respostas imediatas. Vai-se impondo, assim, a gestão estratégica, que não prescinde do planejamento, mas permite reação imediata da organização aos desafios e às oportunidades que surgem do contexto.

As organizações estatais reagiram tardiamente ou não se modificaram em face das novas circunstâncias. O resultado foi uma deterioração de sua capacidade de resposta às necessidades e aos anseios da população e um correlato declínio de sua credibilidade. No âmbito público, registrou-se, ademais, um desejo crescente de participação democrática nas decisões estatais, na sua implementação, no seu controle e nos seus benefícios. A telemática (comunicações + informática) permitiu fortalecer a transparência e o conseqüente controle social das ações do Estado. Tudo isso levou, ao longo dos anos de 1980, ao fortalecimento progressivo da concepção mais ágil da atividade governamental: a ação baseada no planejamento deslocou-se para a idéia de política pública. Sem descartar os aspectos positivos do planejamento, a dinâmica estatal enriqueceu-se com alguns conceitos derivados das transformações operadas no campo da tecnologia, da economia e da administração. A democratização do sistema político viu-se facilitada pela tecnologia: a descentralização e a participação ficaram

¹¹ OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico). Ministerial Symposium on the Future of Public Services. Paris: OCDE, mar. 1996.

¹² SARAVIA, Enrique. Introdução à teoria da política pública. As visões sobre a atividade estatal. Brasília: Revista da ENAP, 12/2007, pg. 43.

mais fáceis do ponto de vista operacional e as mudanças sociais tornaram-nas possíveis e desejáveis.

Esse processo, hoje claramente visível, apenas que se insinuava nos anos de 1950. Algumas vozes proféticas alertavam para a necessidade de modificação rápida da dinâmica organizacional e das estruturas e dos métodos de ação pública. E, aos poucos, as circunstâncias foram mostrando a conveniência de analisar o funcionamento do Estado por meio de seus fluxos, da sua dinâmica, e modificar, assim, a perspectiva – até então privilegiada ou única – de exame de normas e estruturas. A análise estrutural, anatômica, do Estado e da administração continua válida, mas, aos poucos, vai-se incorporando uma visão da dinâmica, da fisiologia, do funcionamento estatal. Com efeito, a partir de então, “a produção em matéria de políticas públicas busca analisar o modo de funcionamento da máquina estatal, tendo como ponto de partida a identificação das características das agências públicas ‘fazedoras’ de política; dos atores participantes desse processo de ‘fazer’ políticas; das inter-relações entre essas variáveis (agências e atores); e das variáveis externas que influenciam esse processo”¹³.

Isso sem se esquecer da preocupação por obter maior conhecimento a respeito das características mais gerais dos sistemas políticos e das relações que se estabelecem entre políticas públicas e política, de um lado, e entre governo e sociedade, de outro.

Fábio Konder Comparato diz que “O *government by policies*, em substituição ao *government by law*, supõe o exercício combinado de várias tarefas que o Estado liberal desconhecia por completo. Supõe o levantamento de informações precisas sobre a realidade nacional e mundial, não só em termos quantitativos (para o qual foi criada a técnica da contabilidade nacional), mas também sobre fatos não redutíveis a algarismos, como em matéria de educação, capacidade inventiva ou qualidade de vida. Supõe o desenvolvimento da técnica previsional, a capacidade de formular objetivos possíveis e de organizar a conjunção de forças ou a mobilização de recursos – materiais e humanos – para a sua consecução. Em uma palavra, o planejamento”¹⁴.

A incorporação dessa visão não foi fácil para culturas impregnadas de filosofia do Estado e dos fundamentos do direito. O fato de a nova perspectiva originar-se nos Estados Unidos suscitou a dúvida sobre a sua validade nas realidades latinas e germânicas. Tratar-se-ia de visão enraizada nas realidades culturais e filosóficas anglo-saxônicas, ou seria ela aplicável universalmente? As democracias evoluídas fazem da observância de normas jurídicas abstratas e impessoais e do respeito aos direitos dos outros o fundamento básico da convivência social. Mas uma análise que só leve em consideração a perspectiva jurídica seria limitada e insuficiente para compreender a riqueza e diversidade das variáveis que compõem o universo do fenômeno estatal, nas suas relações com a vida nacional e internacional. Mesmo que a discussão ainda continue, percebe-se que se trata de visões complementares e não excludentes. A perspectiva da política pública integra adequadamente a dimensão jurídica e esta se auxilia dos insumos que as análises de política pública lhe provêm.

Como Aguilar Villanueva aponta com relação à América Latina, “nossa ‘teoria’ da administração pública ficou presa entre as considerações jurídico-institucionais (repertórios de leis e regulamentos, âmbitos de competência e jurisdição, instâncias e procedimentos formais) e as considerações administrativas menores sobre cumprimento de ordens e execução de decisões prévias. Ao aproximar a administração

¹³ VIANA, Ana Luiza. Abordagens metodológicas em políticas públicas. *Revista de Administração Pública*, v. 30, n. 2, p. 5-43, mar./abr. 1996.

¹⁴ COMPARATO, Fábio Konder. *Para viver a democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 102.

pública do processo decisório das políticas e da sua complexa colocação em prática, seria possível resgatar seu esquecido sentido clássico de governo, de bom governo, e poder-se-ia reconstruir a visão integral de seu objeto de estudo”¹⁵.

2. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO UNIVERSITÁRIA – UNIRIO

A Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) foi criada pela Lei 6.655, de 05 de junho de 1979, plenamente adequada aos dispositivos constitucionais e legais, fixados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação. O seu corpo social é constituído por discentes, técnicos e administrativos, docentes doutores, mestres e especialistas - nas mais variadas áreas de conhecimento. Possui instalações necessárias para o desenvolvimento do Curso de Administração Pública e o sistema de bibliotecas e está sendo implantando no Centro de Ciências Jurídicas e Políticas (CCJP).

Segundo o Estatuto da UNIRIO (Portaria Nº 2.176, publicada no Diário Oficial da União, em 05 de outubro de 2001), a Instituição tem a seguinte Missão: *Produzir e disseminar o conhecimento nos diversos campos do saber, contribuindo para o exercício pleno da cidadania, mediante formação humanista, crítica e reflexiva, preparando profissionais competentes e atualizados para o mundo do trabalho e para a melhoria das condições de vida da sociedade (p.9)*. O PPI - Projeto Pedagógico Institucional da UNIRIO declara sua preocupação com o *aprender a conviver* e com o *aprender a ser*.

O Estatuto e o Regimento da UNIRIO estabelecem a sua estrutura administrativa e competências: I – Órgãos da Administração Superior: a) Colegiados Superiores: Conselho Universitário (CONSUNI) e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE); b) Órgão Executivo: Reitoria; II - Órgãos da Administração Acadêmica: a) Órgãos Deliberativos: Conselho de Centro, Colegiado de Curso, Colegiado de Departamento; b) Órgão Executivo: Reitoria, Decania, Coordenador de Curso e Chefe de Departamento. III – Órgãos Suplementares: Biblioteca. As atribuições desses órgãos de Ensino, Extensão, Pesquisa e Pós-graduação, Escolas e Cursos estão todos integrados nos respectivos níveis de competências objetivando desenvolver e estimular a produção científica da Universidade. A estrutura administrativa da Universidade contempla atividades pedagógicas em Escolas ou Cursos e Departamentos. Os Departamentos de forma harmônica com as Escolas possibilitam a interdisciplinaridade e oferecem disciplinas basilares contidas na programação curricular dos diversos cursos da Universidade. As Escolas ou Cursos cuidam da parte profissionalizante de cada Curso e administram, junto com os Departamentos, a oferta de disciplinas específicas de sua natureza temática para qualquer Curso que delas necessitem.

2.1 CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E POLÍTICAS (CCJP)

O Centro de Ciências Jurídicas e Políticas da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO foi criado na forma da Resolução nº 2619, de 30 de maio

¹⁵ AGUILAR VILLANUEVA, Luis F. *La hechura de las políticas*. México: Porrúa, 1992. p. 8.

de 2005, a partir da evolução da Escola de Ciências Jurídicas, que institucionalizou o processo de formação jurídica desenvolvido pioneiramente, após os anos de 1990, tomando como referência a experiência inovadora da Universidade de Brasília – UnB, cujo projeto, coincidentemente, foi elaborado no Casarão da Voluntários, atual sede da Escola de Ciências Jurídicas e, futuramente, da Escola de Ciências Políticas e da Escola de Administração. Contribuíram decisivamente para a criação da Escola de Ciências Jurídicas o Reitor da UNIRIO Osmar Teixeira (1988-1990) e o seu Vice-Reitor Pietro Novelino, assim como, os membros que compuseram a comissão de elaboração do projeto, cujo Relator e, posteriormente, Presidente foi o Professor Aurélio Wander Bastos.

O Curso de Ciências Jurídicas foi originariamente pensado no Núcleo de Pesquisas e Estudos organizado na Procuradoria Geral da UNIRIO e contou com a colaboração inicial do Professor Ludgard Cardoso, bem como, dos professores Luiz Otávio Barreto Leite e Gabriel Bittencourt que reconheciam a imprescindível necessidade de se instalar na UNIRIO um Curso de Direito. Com a criação do Curso de Direito em 1990, último a ser criado em Universidade Pública brasileira até o ano de 2000, teve como proposta a expansão da Universidade nos espaços noturnos, resguardando a qualidade formativa.

Na verdade, o Curso de Direito absorveu todas as reflexões que dominavam a comunidade de professores de Direito, preocupados em reformatar o ensino jurídico procurando abri-lo para as questões dos novos direitos e para o inadiável problema da proteção dos grupos sociais desfavorecidos, como política precursora de inclusão social. Por estas razões, muitos professores que colaboraram com o curso inicialmente eram também de outras universidades, inclusive de outros Estados, que identificavam no projeto uma proposta de ensino jurídico para o Brasil comprometido com a abertura democrática. Todavia, a Escola só se tornou possível com a colaboração de professores de outras escolas e Departamentos da UNIRIO, não apenas ministrando as aulas do ciclo básico de formação, como também, cedendo os próprios espaços físicos onde se desenvolviam os seus próprios cursos. A história da Escola de Ciências Jurídicas, principalmente de sua implantação, e de reconhecimento público não é uma história fácil, como também reconhecemos que a criação e a implantação do Curso de Administração Pública exigirá dedicação dos dirigentes e inadiáveis esforços dos alunos e professores, sinceramente a alma *mater* do conhecimento.

A partir da experiência do ensino interdisciplinar que o CCJP preparou o Projeto do Curso de Administração Pública, reconhecendo que estes âmbitos do conhecimento perfazem exigências importantes para a formação jurídica, mas, ao mesmo tempo, demonstram que essa formação pode e deve funcionar como subsidio necessário à formação do administrador. A sociedade brasileira moderna exige que os profissionais de cada uma destas áreas tenham o domínio, se não absoluto, relativo, do conhecimento desenvolvido nas áreas complementares. Por isto a Escola de Ciências Jurídicas não é apenas uma vitória de professores e advogados, mas, é uma vitória dos professores da UNIRIO, que não mediram esforços para a sua realização.

Neste sentido, a preocupação do Centro de Ciências Jurídicas e Políticas foi abrir a sua formação disciplinar para viabilizar primeiramente a formação disciplinar nas áreas de ciência política e administração e, num segundo momento, facilitar a aproximação do conhecimento destas diferentes áreas como subsidio formativo interdisciplinar. No entendimento do CCJP estas providências viabilizarão as condições necessárias para que o processo de formação acadêmica esteja presidido, não apenas pela preocupação tecnocrática ou dogmática, mas, voltada para incentivar e

implementar o processo de formação nestas diferentes áreas a partir da preocupação com o aperfeiçoamento do estado democrático e com o desenvolvimento comprometido com os diferentes setores da sociedade, sejam eles na área de produção ou na área de serviços.

Neste sentido, a ideia originária da Escola de Ciências Jurídicas de incentivar os Seminários Especiais como disciplinas abertas foi transportado como projeto complementar do Curso de Administração Pública, que, da mesma forma, não rejeitou esta fórmula articulada de ensino-aprendizagem, reconhecendo como imprescindível à formação profissional a flexibilização do aprendizado curricular, sem prejuízo das disciplinas de formação especializada.

A tradição do ensino superior no Brasil, muito especialmente na área de ciências jurídicas e políticas sempre esteve marcado por políticas de segmentação que evitavam a intercomunicação, não apenas entre os departamentos de cada escola, no passado entre as próprias faculdades, mas também, não se desenvolviam harmônica e integradamente. Esta orientação permitiu que os conhecimentos de área se aprofundassem mas, ao mesmo tempo, dificultou que a frutificação dos resultados dos estudos departamentais refletissem sobre o conjunto do projeto de universidade no Brasil. A preocupação central deste projeto é criar as condições pontuais para que paulatinamente as áreas de conhecimento conexas entre si se entreguem e, no tempo histórico, viabilizem as condições de frutificação comum.

O presente Projeto está comprometidos com a implementação de uma política de expansão e qualificação do ensino superior público incentivando as atividades de extensão, como atividades complementares do conhecimento, e a pesquisa como pressuposto da criação e da inovação científica e tecnológica. O esforço do CCJP ainda exigirá provocações e ações corretivas, mas demonstra que iniciamos o processo, inaugurado com a criação da Escola de Ciências Jurídicas, de incentivo à convivências acadêmicas interdisciplinares como pressuposto das políticas de formação dos Bacharéis, assim como, parte importante do reconhecimento da imprescindível necessidade de se criar uma política para o ensino superior brasileiro comprometida com o ensino, com a pesquisa e com a extensão.

O Decreto nº 6.096, de 24 de agosto de 2007, que institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, tem como objetivo fundamental, conciliar e articular as disciplinas clássicas formativas do Bacharel em Direito com as disciplinas que viabilizem o processo de reflexão hermenêutica aberto a novas áreas de conhecimento conexas permitindo a estruturação do currículo de tal forma que o aluno esteja preparado para as exigências do cotidiano profissional, mas ao mesmo tempo tenha as condições necessárias para absorver a dinâmica da vida social contribuindo para a formatação de fatos sociais relevantes.

Para alcançar estes objetivos, bem como dar cumprimento aos propósitos do Decreto nº 6.096, de 24 de agosto de 2007, este projeto sugere a criação de novos cursos de formação superior que poderão, no tempo futuro, se transformarem em Escolas, obedecendo as práticas da UNIRIO. No entanto, este Projeto já significa o primeiro esforço de criação de novos cursos na área de Administração Pública com o objetivo de aproveitar a disponibilidade curricular do curso de Ciências Jurídicas para subsidiar os novos cursos propostos, assim como, aproveitar o novo currículo proposto para Administração Pública com a finalidade de subsidiar e expandir a formação jurídica, não apenas através da oferta de disciplinas comuns a todos os cursos, mas também através de especial sistema curricular que permita que o aluno de um curso

aproveite na forma das disciplinas de Seminário Especial, disciplinas conexas oferecidas por outros cursos, de tal forma que a realidade curricular do CCJP se transforme gradualmente num processo de formação interdisciplinar sem que despreze a formação específica imprescindível às respectivas áreas.

Finalmente, em cumprimento ao REUNI, o presente projeto estabelece as bases iniciais para se alcançar os objetivos nacionais fixados para as Universidades Federais, criando as condições suficientes para viabilizar a redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas, procurando através de uma estrutura curricular articulada, ampliar o ingresso de novos alunos em novos Cursos a serem abertos nos períodos de maior disponibilidade da Universidade, nesse sentido esse documento visa rever a estrutura acadêmica do Curso de Direito com o objetivo de ampliar as possibilidades de articulação de suas ofertas com demandas de Cursos nas áreas de Ciência Política e Administração Pública, favorecendo a formação de Gestores e Consultores para assuntos Públicos e Privados. Para alcançar esses objetivos o Centro de Ciências Jurídicas e Políticas, está elaborando Projeto de Pós-Graduação que vise a preparação de pesquisadores e docentes para atender suas demandas internas, reconhecendo como pressuposto do projeto as demandas do Poder Público a partir dos objetivos das Universidades Públicas.

3. ASPECTOS GERAIS DO CURSO

3.1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

DENOMINAÇÃO DO CURSO: Bacharelado em Administração Pública

REGIME ACADÊMICO: Crédito Semestral

DURAÇÃO DO CURSO: A integralização do Curso de Administração Pública é feita pelo regime de créditos semestrais, no mínimo em oito e, no máximo, doze semestres letivos. Ao aluno que concluir a integralidade do Curso de Administração Pública, com aproveitamento em todas suas fases (disciplinas obrigatórias, disciplinas optativas, estágio curricular obrigatório, atividades complementares e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), será concedido o grau de Bacharel em Administração Pública.

REGIME DE MATRÍCULA: O regime de matrícula é semestral e por disciplina/crédito (1 crédito teórico equivale à 15 horas-aula e 1 crédito prático equivale à 30 horas-aula).

FORMA DE ACESSO AO CURSO :

O Sistema de Seleção Unificada (Sisu) foi desenvolvido pelo Ministério da Educação para selecionar os candidatos às vagas das instituições públicas de ensino superior que utilizarão a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) como única fase de seu processo seletivo. A seleção é feita pelo Sistema com base na nota obtida pelo candidato no Enem. No sítio eletrônico, os candidatos podem consultar as vagas disponíveis, pesquisando as instituições e os seus respectivos cursos participantes.

Desde 2001, a UNIRIO, de forma pioneira entre as públicas, utiliza o ENEM como uma das formas de ingresso aos candidatos que decidissem utilizar sua nota do exame.

A partir de 2010, os Conselhos Superiores da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro aprovaram a adesão ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como única forma para acesso aos cursos de graduação, ocasião em que foi reafirmada a defesa de um sistema nacional articulado de seleção e acesso.

Desta forma, confirmando a confiança da Unirio no Sistema de Seleção Unificada (SiSU) para garantir o acesso às universidades públicas federais de forma mais democrática, passou a utilizar o ingresso pelo SiSU para 100% da oferta de vagas dos seus cursos de graduação, com exceção dos cursos que exigem THE. A Unirio utiliza o Sistema de Seleção Unificada (SiSU), através da assinatura de um Termo de Adesão, na forma com está descrita detalhadamente a seguir.

Anualmente, a Pró-Reitora de Graduação da Unirio, através de edital produzido em conformidade com a legislação do MEC, torna público o processo seletivo discente, visando a seleção de candidatos para provimento de vagas no curso de bacharelado em Administração Pública.

Como já informado, a seleção dos candidatos às vagas disponibilizadas por meio do SiSU para o curso de Administração Pública, é efetuada exclusivamente, com base nos resultados obtidos pelos candidatos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Os candidatos interessados em concorrer essas vagas disponibilizadas pela UNIRIO devem verificar as informações constantes deste Termo de Adesão.

Este Termo de Adesão contém todas as informações referentes ao preenchimento das vagas disponíveis no curso de Administração Pública: número de vagas; o número de vagas reservadas em decorrência do disposto na Lei nº 12.711/2012; A política de ação afirmativa adotada pela Universidade somente para professores em atividade da rede pública, bem como a definição de sua abrangência no âmbito da UNIRIO; Os pesos e as notas mínimas eventualmente estabelecidas pela UNIRIO para cada uma das provas do ENEM no curso; Os documentos necessários para a realização da matrícula dos candidatos selecionados as vagas de ampla concorrência; Os documentos requeridos no ato da matrícula, necessários à comprovação do preenchimento dos requisitos exigidos pela política de ação afirmativa adotada para professores em atividade da rede pública; e, Os documentos requeridos no ato da matrícula, necessários à comprovação do preenchimento dos requisitos exigidos pela Lei 12.711/2012, pelo Decreto 7.824/2012 e pela Portaria Normativa 18/2012.

As vagas eventualmente não ocupadas ao final das duas chamadas regulares do processo seletivo do SiSU serão preenchidas por meio da utilização prioritária da lista de espera disponibilizada pelo Sistema de Seleção Unificada. A aprovação e classificação por meio da Lista de Espera do SiSU, será publicada e disponibilizada mediante acesso ao sítio eletrônico da Coordenação de Seleção e Acesso – COSEA.

A não efetivação da matrícula proveniente das chamadas regulares ou das convocações pela lista de espera, na data estabelecida, significará vaga não ocupada, registrada eletronicamente e disponibilizada à convocação subsequente até a data limite do registro de matrícula proveniente de cada convocação.

O candidato classificado pelas chamadas regulares ou pelas convocações da lista de espera que, por qualquer motivo, não efetuar a matrícula no prazo estipulado à sua respectiva convocação, perderá o direito à vaga, não podendo posteriormente pleitear matrícula, ainda que existam vagas.

De acordo com a legislação em vigor, o candidato selecionado só será matriculado, se tiver concluído o Ensino Médio ou equivalente, perdendo o direito à matrícula se não apresentar a documentação comprobatória no ato da matrícula.

No ato presencial da matrícula o candidato deverá apresentar os originais das documentações conforme Termo de Adesão junto ao SiSU, com as respectivas cópias que serão retidas.

O candidato que tenha concluído o Ensino Médio e que, no ato da matrícula, não disponha, ainda, do certificado de sua conclusão, poderá apresentar uma declaração provisória, emitida pelo estabelecimento em que o concluiu, na qual explicita a conclusão do Ensino Médio, devendo substituí-la pelo certificado definitivo até 30 dias após a matrícula, para que esta seja efetivada. A falta de qualquer documento exigido para a matrícula, dentro do prazo estabelecido, implicará a perda do direito à matrícula.

O candidato que tiver cursado o Ensino Médio (2º grau) em outro país deverá apresentar documento expedido por órgão oficial que comprove a equivalência dos estudos realizados no exterior à conclusão do Ensino Médio (2º grau) no Brasil. O candidato que não apresentar a comprovação de equivalência perderá automaticamente o direito à vaga.

O candidato que se servir de documento inidôneo ou falso, terá a matrícula anulada, sujeitando-se, além da perda da vaga obtida e às punições previstas em lei.

O candidato poderá fazer-se representar, no ato da matrícula, por procurador legalmente habilitado.

As vagas eventualmente não ocupadas após todas as convocações serão preenchidas por meio de processo seletivo específico conforme normas internas da UNIRIO. Compete exclusivamente ao candidato se certificar de que cumpre os requisitos estabelecidos pela UNIRIO para concorrer às vagas reservadas em decorrência do disposto na Lei nº 12.711/2012 e às vagas destinadas à política de ação afirmativa adotada para professores em atividade da rede pública, sob pena, de caso selecionado, perder o direito à vaga.

A prestação de informação falsa pelo estudante, apurada posteriormente à matrícula, em procedimento que lhe assegure o contraditório e a ampla defesa, ensejará no cancelamento de sua matrícula na UNIRIO, sem prejuízo das sanções penais eventualmente cabíveis.

O candidato que, comprovadamente, apresentar documentos falsos, fornecer informações inverídicas, utilizar quaisquer meios ilícitos ou descumprir as normas editalícias será, a qualquer tempo, mesmo depois de matriculado, eliminado e perderá o direito à vaga na UNIRIO e estará sujeito a aplicação das penalidades legais.

É de responsabilidade exclusiva do candidato a observância dos procedimentos e prazos estabelecidos nos editais e nas normas que regulamentam o SiSU, bem como os respectivos horários de atendimento na instituição e a apresentação dos documentos exigidos para a matrícula.

A Lei 12.089/2009 proíbe que uma mesma pessoa ocupe duas vagas simultaneamente em instituições públicas de ensino superior.

A inscrição do candidato no processo seletivo do SiSU implica o consentimento com a utilização e a divulgação de suas notas e das informações prestadas no ENEM, inclusive

aquelas constantes do questionário socioeconômico, assim como os dados referentes à sua participação no SiSU.

A inscrição do candidato no processo seletivo do SiSU implica no conhecimento e na concordância expressa das normas estabelecidas nos editais divulgados pela SESu/SiSU e pela Universidade, bem como das informações constantes do Termo de Adesão e das normas internas da UNIRIO.

O conhecimento do processo de classificação mediante o resultado das chamadas regulares e das convocações da Lista de Espera para os Cursos de Graduação da UNIRIO é de única e exclusiva responsabilidade do candidato e implica no conhecimento prévio, aceitação irrestrita de suas normas e exigências pelo candidato ou seu responsável legal, sem direito a compensação decorrente da anulação ou cancelamento de sua inscrição, da eliminação do Processo de Seleção ou, ainda, do seu aproveitamento por falta de vagas ou inobservância dos ditames e prazos fixados.

O candidato ao se classificar neste processo seletivo discente estará concordando com as normas estabelecidas para esta seleção, inclusive quanto ao calendário de matrícula, que estará sendo realizado, mesmo após o início das aulas, influenciando o limite máximo de frequência, conforme regulamentações acadêmicas da UNIRIO.

A Pró-Reitoria de Graduação divulgará sempre que necessário disposições, avisos oficiais, normas complementares e instruções constituem normas que possam complementar editais de processo seletivo.

Todos os casos omissos e as situações não previstas nas chamadas regulares serão analisados e deliberados pela Pró-Reitoria de Graduação e, se for o caso, encaminhados para avaliação junto a SESu/SiSU. Os casos omissos e as situações não previstas serão analisados e deliberados pela Pró-Reitoria de Graduação e, se for o caso, encaminhados para avaliação junto a Câmara de Graduação da Universidade.

NÚMERO DE VAGAS E TURNOS DE FUNCIONAMENTO:

Vagas semestrais	Turno Predominante*	Turno não Predominante	Campus Botafogo
50	Manhã e Noite	Tarde	Rua Voluntários da Pátria, 107 – Rio de Janeiro

(*) 1º ao 6º Períodos – Turno Predominante é o da Manhã

(*) 7º e 8º Períodos – Turno Predominante é o da Noite (a fim de compatibilizar e de estimular o estágio curricular obrigatório e não obrigatório).

Observações:

- O turno predominante é aquele em que se desenvolvem as disciplinas obrigatórias;
- As atividades complementares e disciplinas optativas podem ser realizadas em outros turnos que não o predominante;
- O Estágio Curricular deve ser realizado no turno não predominante.

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO:

Turno da manhã: início: 08:00 h ; término: 14:00 horas;

Turno da tarde: início: 14:00 h; término: 18:00 horas;

Turno da noite: início: 18:00 h; término: 22:00 horas.

3.2 ESTRUTURA ADMINISTRATIVO-ACADÊMICA

O Curso de Administração Pública é ministrado sob a responsabilidade do CCJP que, além da concepção da estrutura administrativa prevista no Estatuto e Regimento da Universidade, tem uma dinâmica de funcionamento adequada à complexidade do Curso.

O Curso de Administração Pública possui um Coordenador recebe disciplinas de diversos Departamentos da UNIRIO. A secretaria do Curso está unificada com os demais Cursos do CCJP, terá uma secretária e pelo menos um servidor de apoio administrativo.

3.3 ATRIBUIÇÕES DO COORDENADOR

As atribuições do Coordenador do Curso de Administração Pública (nova redação dada pela RESOLUÇÃO N° 4.102, DE 30 DE ABRIL DE 2013) são:

1. Coordenar, supervisionar e orientar as atividades acadêmicas, pedagógicas e administrativas do Curso de sua competência, cumprindo e fazendo cumprir as deliberações do Colegiado do Curso e as determinações dos Órgãos Superiores e da legislação vigente.
2. Convocar sempre que necessário e presidir as reuniões do Colegiado do Curso, cabendo-lhe o direito de voto, inclusive o de qualidade.
3. Convocar e presidir as reuniões do Núcleo Docente Estruturante (NDE).
4. Acompanhar os trabalhos da Comissão Interna de Avaliação de Curso (CIAC).
5. Solicitar aos Chefes de Departamento de Ensino, a cada semestre letivo, a oferta dos componentes curriculares do Curso, de acordo com o Calendário Acadêmico.
6. Encaminhar ao Diretor da Escola/Faculdade/Instituto, a cada semestre letivo, as demandas consolidadas para a oferta dos componentes curriculares do Curso.
7. Participar junto com o Diretor da Escola/Faculdade/Instituto da elaboração dos horários dos cursos a serem submetidos à aprovação do Colegiado da Escola/Faculdade/Instituto.
8. Supervisionar e consolidar a oferta dos componentes curriculares do Curso no Sistema de Informações para o Ensino - SIE.
9. Coordenar a matrícula e a inscrição dos estudantes nos componentes curriculares do Curso.
10. Integrar e presidir a Comissão de Matrícula.
11. Acompanhar o desenvolvimento acadêmico e pedagógico do estudante de acordo com as diretrizes dos órgãos de apoio pedagógico e ações de assistência estudantil da UNIRIO.
12. Integrar o Conselho do Centro Acadêmico, o Colegiado da Escola/Faculdade/Instituto e a Câmara de Graduação.

13. Responsabilizar-se pelo fornecimento de dados relativos ao curso às Unidades Organizacionais internas e externas a UNIRIO.
14. Elaborar a programação acadêmica do Curso e submetê-la aos Colegiados do Curso e da Escola/ Faculdade / Institutos.
15. Propor, acompanhar e avaliar a execução do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), visando à melhoria do ensino, da pesquisa e da extensão, em conjunto com o NDE, a CIAC, o Colegiado do Curso e o Colegiado da Escola/ Faculdade /Instituto.
16. Solicitar aquisição de material bibliográfico e material didático considerando as necessidades do Curso e o estabelecido pelos órgãos de avaliação ou de fiscalização profissional.
17. Manter atualizadas as bibliografias básicas e complementares dos componentes curriculares no PPC e na Biblioteca Central.
18. Recepcionar e acompanhar as atividades das Comissões do MEC ou de entidades de fiscalização profissional.
19. Zelar pelo cumprimento dos prazos estabelecidos no Calendário Acadêmico da UNIRIO e nos calendários externos no que diz respeito as atribuições institucionais.

3.4 COORDENADOR DO CURSO

Prof. Dr. Marcelo Motta Veiga - Doutor em Engineering Management pela George Washington University. Professor do Departamento de Estratégias de Gestão.

Currículo do Coordenador do Curso

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/4795352303618963>

3.5 DO DEPARTAMENTO DE ESTRATÉGIAS DE GESTÃO

O Departamento de Estratégias de Gestão criado pelo Conselho Universitário, juntamente com os demais que se comunicam no Curso possuem funções integradoras e suplementares das atividades acadêmicas. Pode atuar, em conjunto ou individualmente, ao lado do Coordenador de Curso e a estes dão irrestrito apoio, procurando contribuir para as atividades acadêmicas e fornecem o suporte necessário para a solução de continuidade nas ações administrativas da Universidade.

A administração básica da UNIRIO se faz ao nível dos Departamentos, que são órgãos que controlam toda a ação acadêmica e constituem a menor fração da estrutura universitária, para todos os efeitos de organização administrativa, didático-científica, bem como de distribuição de pessoal. Entre as atribuições esta a indicação para contratação ou demissão, professores e funcionários; acompanhar a assiduidade dos docentes e do pessoal técnico-administrativo lotados no Curso, comunicando o apurado, mensalmente, ao Setor de Recursos Humanos e manter atualizado os dados sobre os professores do Curso. Cada curso compreende disciplinas afins e congregam professores para objetivos comuns de ensino, pesquisa e extensão.

3.6 DA SECRETARIA ACADÊMICA

Por sua vez, a Secretaria Acadêmica executa os serviços afetos ao cotidiano do funcionamento do Curso de Administração Pública, ou seja, atendimento ao Coordenador, aos Chefes de Departamentos, aos professores e estudantes, além de assistência ao Colegiado de Curso.

3.7 COLEGIADO DE CURSO

O Colegiado de Curso tem a sua composição estipulada no Art. 75 do Regimento Interno da Unirio. Compõe o colegiado do curso de Administração Pública:

- a) Coordenador de Curso, como Presidente;
- b) Vice-Coordenador, com Vice-Presidente;
- c) Chefes de Departamentos que tenham disciplinas integrantes do Curso de Graduação;
- d) Professores Titulares das disciplinas integrantes do Curso de Graduação;
- e) Professores Responsáveis por disciplinas integrantes do Curso de Graduação;
- f) 1 (um) representante dos Professores Adjuntos; 1 (um) representante dos Professores Assistentes e 1 (um) representante dos Auxiliares de Ensino, nos Departamentos que tenham disciplinas integrantes do respectivo Curso de Graduação;
- g) 1 (um) representante estudantil indicado pelo Diretório Acadêmico do Centro Universitário a que pertencer o Curso de Graduação.

Ao Colegiado do Curso de Administração Pública compete, segundo o Art. 76 do Regimento Interno da Unirio:

- I – fixar diretrizes e compatibilizar objetivos gerais e especiais das disciplinas que integram o Curso;
- II – supervisionar as atividades do Curso, propondo aos órgãos competentes providências para a melhoria do nível do ensino nele ministrado;
- III – opinar conclusivamente sobre currículo e pré-requisito, encaminhado recomendações ao Departamento competente;
- IV – opinar sobre a programação acadêmica, destinada a compatibilizar as ofertas das disciplinas originárias dos diferentes Departamentos que colaboram na ministração no Curso;
- V – opinar conclusivamente sobre assuntos de natureza didático-pedagógica do Curso;
- VI – promover atendimento às recomendações dos Departamentos, do Conselho do Centro e dos Colegiados Superiores sobre assuntos de interesse do Curso;
- VII – desempenhar outras tarefas inerentes às suas atribuições não especificadas no Regimento.

3.8 CORPO DOCENTE

O Plano de Carreira do Magistério Superior admite, quanto ao Regime de Trabalho (RT), três tipos de regimes: Tempo Integral (Excepcionalmente, segundo determinação do §1º do artigo 20 da Lei Nº 12.772/2010), Tempo Parcial e Dedicção Exclusiva. Tempo Integral (TI) configura o tempo de 40 horas semanais de atividades, observando 2 (dois) turnos diários completos, enquanto o Tempo Parcial (TP) configura a prestação de 20 horas semanais de atividades e, Dedicção Exclusiva (DE), a obrigação de prestar até 40 horas semanais de trabalho, sem exercício de outra atividade remunerada.

A política salarial é definida pelo governo federal mediante lei. Já o critério de distribuição da carga horária é da Unidade de Lotação do professor, o Chefe de Departamento competente. Haverá o aproveitamento dos professores da UNIRIO para lecionarem as disciplinas do Curso, sem prejuízo da abertura de concurso público para o magistério superior, já autorizado pelo Programa REUNI.

3.9 REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL

A formação em nível de graduação não envolve apenas a dimensão técnico-profissional. Os alunos participam de órgão de representação estudantil, o **Diretório Acadêmico de Administração** é uma entidade ativa na vida do curso, além da **Atlética** voltada ao estímulo de atividades esportivas dos alunos.

Ao corpo discente é assegurado o livre direito de organização em órgãos de representação estudantil, de acordo com a legislação vigente, respeitados o Estatuto e os Regimentos da UNIRIO: o Diretório Central de Estudantes (DCE) e o Diretório Acadêmico do Curso de Administração.

4. PROJETO PEDAGÓGICO

A criação do Curso de Administração Pública se insere no contexto de expansão institucional da UNIRIO em justaposição com o Programa REUNI do Governo Federal, estando em plena conformidade com a legislação competente e em fase de adaptação às novas Diretrizes Curriculares dos Cursos de Administração Pública (Resolução CNE nº 1/2014).

O Curso de Administração Pública estruturou sua matriz curricular de forma que a sua integralização exija do estudante o aproveitamento em todas as suas fases: aulas teóricas e práticas, estágio profissional, atividades complementares e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) para que seja concedido o Grau de Bacharel em Administração Pública. A exigência das diversas atividades curriculares se relaciona com o sistema de educação superior, que além de combinar o ensino, a pesquisa e a extensão, prepara o futuro bacharel não só para aplicar o conhecimento adquirido, mas para a identificação de novas demandas de gestão pública bem como construção de novos métodos e estratégias que possibilitem atendê-las, no contexto contemporâneo das realidades públicas e privadas.

4.1 DIMENSÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO

Uma das principais inovações do Curso de Administração Pública é transformar o processo de aprendizagem numa descoberta, com integração ativa do aluno ao processo educacional. Trata-se de procurar inovar na relação professor-aluno e no processo de aprendizagem, o que envolve mudanças culturais importantes. Assim, pretende-se basear a formação no curso de graduação em um processo crescente de responsabilização do aluno pelo processo de aprendizagem. Esta abordagem supõe que se supere um modelo de ensino aprendizagem no qual o professor, detentor do conhecimento, “transfere” seu conhecimento ao aluno que “recebe” este conhecimento de maneira relativamente passiva. Sem desconsiderar a contribuição ao processo de aprendizagem do saber acumulado pelo professor, passa-se a estimular também o “aprender fazendo” e o “aprender refletindo criticamente”, abordagem que pressupõe que a aprendizagem é um processo ativo, que envolve dois atores: o aprendiz e o professor.

De acordo com o PPI da UNIRIO que descreve o relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI - UNESCO / 1999 - a educação precisa ser concebida a partir de quatro pilares: *aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser*, indicando que a função de uma Instituição de Ensino, em qualquer uma das suas modalidades, deve estar voltada para a realização plena do ser humano. A UNIRIO fez a opção politicamente correta no PPI (item 6.3) ao preocupar-se com “*aprender a conviver e aprender a ser*”. Desta forma, o aprendiz (aluno) passa a ser responsável pelo seu processo de aprendizado e deve ter comprometimento, curiosidade, iniciativa e persistência. O professor, por sua vez, assume o papel de facilitador do processo, por meio do planejamento e da organização das atividades de aprendizagem. O papel do professor passa a ser o de guia do processo de aprendizado, por meio de um suporte cognitivo: cabe a ele fazer sugestões, dar recomendações, desafiar a criatividade, estimular o envolvimento e, principalmente, encorajar o pensamento independente do aluno.

A autonomia didático-pedagógica, disciplinar e operacional representa a maturidade da UNIRIO. A pesquisa é vista como base para o direcionamento das atividades do ensino. Os diversificados Cursos de pós-graduação, por outro lado, constituem uma das principais bases das atividades de pesquisa e têm como objetivo o aprofundamento do conhecimento, de forma a contribuir para o bem estar da população.

As atividades de extensão conjugadas às de pesquisa, têm fornecido orientação mais realista às atividades de ensino. Nesta perspectiva, o processo ensino-aprendizagem emerge da realidade, passando da transmissão pura e simples do saber para o questionamento e a conseqüente reelaboração desse saber, daí ser a interdisciplinaridade uma das características marcantes do currículo dos cursos da UNIRIO. Outro aspecto a ser ressaltado é a integração universidade-empresa, relevando as experiências do Programa CIEE e, dos Programas e Projetos de Extensão da UNIRIO. Essa integração tem proporcionado, ainda que timidamente, intercâmbio técnico - científico à elaboração e execução de projetos de pesquisas, funcionando, também, como fonte alternativa de recursos financeiros. Vale ainda destacar a importância da extensão como facilitadora do acesso da comunidade à utilização da infraestrutura institucional.

A complexidade crescente do saber, a diversidade das especializações do conhecimento e a crescente heterogeneidade das profissões exigem, para exercício de qualquer atividade intelectual, uma atualização constante e adequação curricular, em consonância com o momento histórico, buscando atender às exigências da realidade do mercado profissional. Desta forma, a Universidade tem procurado ser ressonância social desencadeadora de ações que destaquem a educação continuada.

Nesse contexto, o processo pedagógico passa a ser um espaço para o desenvolvimento do raciocínio, do pensamento crítico, da resolução de problemas e da reflexão. Esta mudança implica alterações no cotidiano de cada disciplina, com reforço a aulas que supõem a participação do aluno. Embora as aulas expositivas continuem existindo, elas se articulam a aulas que supõe forte participação dos alunos.

No mesmo espírito, foram introduzidas um rol de **Disciplinas Optativas** como componentes curriculares facilitadores dessa perspectiva, que flexibiliza a matriz curricular tornando-a multidisciplinar e de maior o interesse para o aluno. Ao escolher as **Disciplinas Optativas** dentre diversas opções dirigidas, abre ao aluno a possibilidade de vivenciar e de praticar atividades acadêmicas de seu interesse. Para a estruturação do rol das **Disciplinas Optativas** tem-se também trabalhado o desenvolvimento de programas com base na discussão em grupo por parte dos diversos professores que ministram a área comum. Procura-se assim garantir uma experiência mínima em todas as turmas e a troca de ideias

Reforça-se, como recurso didático, o uso de diversas formas de comunicação, com a incorporação de novos recursos tecnológicos. Uma vez que o foco do processo pedagógico é a aprendizagem, são estimulados diferentes tipos e experiências de aprendizagem, além das aulas expositivas: método do caso; simulação; aprendizagem baseada na resolução de problemas; seminários; exercícios e debates, além das já mencionadas atividades monitoradas.

Ao longo do processo de discussão neste projeto, há conteúdos novos incorporados à matriz curricular assim como o reforço a alguns componentes curriculares. Mas, o que é realmente “novo” é a articulação dos conteúdos e a abordagem pedagógica – a forma como os conteúdos se relacionam e a forma como se pretende que o processo de aprendizagem se dê em ciclos de formação.

O Curso de Administração Pública irá contribuir para a consolidação da Universidade na região sudeste, ao permitir a ampliação de importante área do conhecimento e, ao mesmo tempo, possibilitar a formação de profissionais qualificados ao exercício das profissões da área de Públicas.

4.2 JUSTIFICATIVA

O curso de graduação em Administração Pública da Unirio está organizado para propiciar uma formação, humanista e crítica, de profissionais e pesquisadores, tornando-os aptos a atuar como administradores públicos comprometidos com os valores republicanos e democráticos e voltado para a conquista da justiça social e ambiental, compondo um perfil profissional que integre as dimensões política, técnica e ética.

As políticas públicas implementadas após a Constituição de 1988 alteraram profundamente o ambiente interno e externo das organizações relacionadas ao Estado. Essa diversificação e complexidade crescentes estabeleceram novos paradigmas para a Administração Pública como aparelho do sistema constitucional-legal que compõe o Estado moderno.

A nova Administração Pública, enquanto organização do Estado, incluem a ampliação e a diversificação da máquina estatal, bem como os esforços construídos a partir da Reforma Administrativa “Bresser Pereira”, orientado para a qualidade, a eficiência e a responsabilização de agentes estatais.

Neste contexto, os desafios para a formação de administradores públicos são enormes e evidentemente se redefiniram diante dessas transformações. Não se deve formar um administrador público da mesma forma que se forma um administrador de empresas. O administrador público não é um mero gestor; ele não se limita a executar políticas públicas; ele ajuda a formulá-las e a reformá-las.

O curso de Administração Pública da Unirio está em sintonia com essas mudanças ocorridas no país e se propõe a formar um bacharel em Administração Pública não apenas, ensinando aos alunos: teorias; estratégias; métodos de gestão e controle; tecnologias; ferramentas; e métodos quantitativos. Na sua formação, o novo administrador público precisa adquirir competências e habilidades suficientes para gerenciar processos decisórios complexos através da compreensão sistêmica dos instrumentos normativos e organizacionais que compõe o Estado moderno.

No projeto pedagógico do curso de bacharelado em Administração Pública da Unirio está contextualizada essa perspectiva histórica da evolução da Administração Pública Brasileira. A partir dessa evolução histórica do campo multidisciplinar de públicas, que compreende as áreas do conhecimento relacionadas ao Estado, ao Governo, à Administração Pública e Políticas Públicas, à Gestão Pública, à Gestão Social e à Gestão de Políticas Públicas fica justificada a criação do curso de Administração Pública da Unirio tendo como compromisso, respeitar os valores públicos e o desenvolvimento nacional, assim como promover a redução das desigualdades e o reconhecimento dos desafios derivados da diversidade regional e cultural. Nessa perspectiva, o objetivo principal do curso é atrair e desenvolver profissionais para transformar a administração pública no Brasil.

4.3 PERFIL DO EGRESSO

O perfil do egresso do curso de Administração Pública da Unirio, alinhado com a expectativa das novas Diretrizes Curriculares, pode atuar como agente político, planejador, controlador, administrador ou gestor público na administração pública federal, estadual ou municipal; como administrador de organizações e instituições não estatais de caráter público, nacionais e internacionais; ou em quaisquer outras organizações orientadas pelo *ethos* público e para o bem público; como formulador, implementador, avaliador e analista de políticas, planos, programas, projetos e ações públicas ou ainda na pesquisa em investigação voltadas à identificação, recuperação histórica e análise de processos sociais complexos relacionados à esfera pública. Em face de sua formação humanista e crítica, está comprometido com os valores republicanos e democráticos e voltado para a conquista da justiça social e ambiental, compondo um perfil profissional que integre as dimensões política, técnica e ética.

Dentre do ambiente de atuação esperado, o Bacharel em Administração Pública, egresso da Unirio, pode atuar em diversos tipos de organizações: Entidades públicas nos três poderes (executivo, legislativo e judiciário) e nas esferas federal, estadual e municipal; autarquias; agências reguladoras; empresas públicas; sociedades de economia mista; agências de desenvolvimento; fundações públicas, consórcios públicos; entidades e agências das regiões metropolitanas e associações de municípios e outros; Organizações da Sociedade Civil, tais como: fundações, associações, movimentos e projetos sociais e outras; Cooperativas e organizações de economia solidária; Instituições participativas, tais como conselhos, orçamentos participativos, fóruns, conferências e outros; Empresas privadas em áreas como: relações governamentais, responsabilidade social corporativa, consultorias relacionadas ao setor público, concessionárias de serviço público; Organizações internacionais, organismos multilaterais e representações diplomáticas; Organizações de representação política e profissional, tais como: partidos políticos, sindicatos, entidades de classe e outras; Instituições de ensino e pesquisa.

4.4 ESTRUTURA DOS COMPONENTES CURRICULARES

O Currículo foi concebido em regime de créditos integralizados no mínimo em 08 semestres letivos, totalizando 3.280 horas de atividades acadêmicas, assim, distribuídas:

Componentes Curriculares	Total de Horas
Disciplinas Obrigatórias	2.250 horas
Disciplinas Optativas	480 horas
Atividades Complementares	160 horas
Estágio Curricular Obrigatório	300 horas
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	90 horas
Total	3.280 horas

A matriz curricular do Curso em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais compreenderá um campo multidisciplinar de investigação e atuação profissional voltado ao Estado, ao Governo, à Administração Pública e Políticas Públicas, à Gestão Pública, à Gestão Social e à Gestão de Políticas Públicas. Essa nova estrutura, mais flexível, do currículo organizado a partir das novas Diretrizes Curriculares abrange cinco tipos de componentes curriculares: a) Disciplinas Obrigatórias, b) Disciplinas Optativas; c) Estágio Curricular; d) Atividades Complementares; f) Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

4.4.1 MATRIZ CURRICULAR

Código SIE	DISCIPLINA	Período	CRÉDITOS		Carga Horária	PRÉ-REQUISITOS
			Teóricos	Práticos		
Carga Horária Total do 1º Período: 360 horas			Número Total de Créditos do 1º Período: 23 créditos			
	Introdução à Administração	1º	4		60	Inexiste
	Introdução a Política	1º	4		60	Inexiste
	Sociologia Geral	1º	4		60	Inexiste
	Introdução ao Direito I	1º	4		60	Inexiste
	Economia Política I	1º	4		60	Inexiste
	Matemática Básica I	1º	2	1	60	Inexiste
Carga Horária Total do 2º Período: 360 horas			Número Total de Créditos: 24 créditos			
	Direito Constitucional II	2º	4		60	Introdução ao Direito
	Gestão Estratégica	2º	4		60	Introdução a Administração
	Teoria Geral da Administração	2º	4		60	Introdução a Administração
	Contabilidade Geral	2º	4		60	Inexiste
	Estatística Aplicada as Ciências Sociais	2º	4		60	Matemática Básica
	Matemática Financeira	2º	4		60	Matemática Básica
Carga Horária Total do 3º Período: 360 horas			Número Total de Créditos: 24 créditos			
	Marketing Estratégico	3º	4		60	Gestão Estratégica
	Gestão de Recursos Humanos	3º	4		60	Teoria Geral da Administração
	Gestão de Sistemas de Informação	3º	4		60	Teoria Geral da Administração
	Gestão Financeira	3º	4		60	Matemática Financeira
	Administração Pública	3º	4		60	Direito Constitucional
	Direito Administrativo	3º	4		60	Direito Constitucional
Carga Horária Total do 4º Período: 360 horas			Número Total de Créditos: 24 créditos			
	Gestão do Trabalho no Setor Público	4º	4		60	Gestão de Rec Humanos
	Finanças Públicas I	4º	4		60	Teoria Geral da Administração
	Políticas Públicas I	4º	4		60	Administração Pública
	Estratégias de Inovação	4º	4		60	Gestão Estratégica

	Gestão da Produção	4°	4		60	Gestão Estratégica
	Optativa	4°	4		60	
Carga Horária Total do 5° Período: 360 horas			Número Total de Créditos: 24 créditos			
	Finanças Públicas II	5°	4		60	Finanças Públicas I
	Ética	5°	4		60	Administração Pública
	Contabilidade Pública	5°	4		60	Contabilidade Geral
	Política Comparada	5°	4		60	Administração Pública
	Optativa	5°	4		60	
	Optativa	5°	4		60	
Carga Horária Total do 6° Período: 360 horas			Número Total de Créditos: 20 créditos			
	Metodologia da Pesquisa	6°	4		60	Ética na Gestão Pública
	Logística e Gestão de Materiais	6°	4		60	Gestão da Produção
	Planejamento e Gestão Governamental	6°	4		60	Políticas Públicas I
	Controle Governamental	6°	4		60	Contabilidade Pública
	Optativa	6°	4		60	
Carga Horária Total do 7° Período: 330 horas			Número Total de Créditos: 20 créditos			
	Projeto de Pesquisa	7°	2	2	90	Metodologia da Pesquisa
	Métodos Quantitativos	7°	4		60	Estatística
	Regulação de Serviços Públicos	7°	4		60	Direito Administrativo
	Optativa	7°	4		60	
	Optativa	7°	4		60	
Carga Horária Total do 8° Período: 300 horas			Número Total de Créditos: 20 créditos			
	Gestão da Qualidade e Controle de Processos	8°	4		60	Gestão Produção/ Estatística
	Gestão Ambiental	8°	4		60	Inexiste
	Tomada de decisão	8°	4		60	Estatística
	Optativa	8°	4		60	
	Optativa	8°	4		60	
CARGA HORÁRIA TOTAL DE DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS: 2.250 HORAS						
DEMAIS COMPONENTES CURRICULARES - (TOTAL: 2.250 HORAS)						
Disciplinas Optativas necessárias para a integralização curricular do curso – 480 HORAS						
Atividades Complementares – 160 HORAS						
Estágio Curricular Obrigatório – 10 Créditos (práticos) - 300 HORAS						
Trabalho de Conclusão de Curso – 3 Créditos (práticos) - 90 HORAS						
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO: 3.280 HORAS						

4.4.2 ÊNFASE NA TRANSDISCIPLINARIDADE

As novas Diretrizes Curriculares Nacionais ressaltaram a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade como princípios fundamentais a serem atingidos por todos os cursos de graduação em Administração Pública no país. A transdisciplinaridade atravessa as fronteiras epistemológicas de cada disciplina e de cada área do conhecimento, proporcionando um diálogo entre os saberes. Dentro deste contexto, temas transversais devem ser introduzidos para tratar de problemas que ultrapassam o convencional, articulando conteúdos das diferentes áreas do conhecimento que abrangem o curso de Administração Pública: Administração, Ciências Contábeis, Ciência Política, Economia, Direito e Sociologia. Essa abordagem permite tratar questões a partir de uma perspectiva plural. A transdisciplinaridade pressupõe uma sobreposição de saberes, de uma forma em que nenhum saber seja mais importante que outro.

Um dos objetivos metodológicos do Curso de Graduação em Administração Pública da Unirio é a busca pela transdisciplinaridade. A matriz curricular do curso organizou seus conteúdos epistemológicos, de forma a articular os diversos saberes no seu processo pedagógico. Esta construção se dá de uma forma geral para a específica dos componentes curriculares e de abordagem dos conteúdos da formação. Os componentes curriculares refletem o caráter multidisciplinar da área através de situações-problemas onde são aplicados os diversos saberes necessários ao administrador público.

Esta sobreposição de saberes na prática profissional e na imersão acadêmica busca fundamentos nos conhecimentos adquiridos nas diferentes disciplinas, que estudam: a política, a sociologia, a economia, a decisão político-administrativa, as políticas públicas, as experiências inovadoras de Gestão Pública, o planejamento, a organização, a direção, o controle, as pessoas, a análise de custos, os métodos quantitativos, o marketing – disciplinas essas que possibilitam aos alunos entrar em contato com experiências concretas (problemas) da área pública e desenvolver projetos de análise ou de intervenção.

Essa busca pela transdisciplinaridade não se limita aos conhecimentos adquiridos nas disciplinas obrigatórias e optativas do curso. O reforço a essa integração epistemológica se dá também pela própria composição do Núcleo Docente Estruturante e do *Colegiado de Curso*, onde participam professores de diferentes formações profissionais e culturais, que se discutem aspectos didático-pedagógicos que incluem, dentre outros aspectos, a interdisciplinaridade, a transdisciplinaridade, a integração entre as disciplinas e a sinergia derivada desta integração.

4.5 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As Atividades Complementares nos currículos dos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) foram regulamentadas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão através da Resolução nº 2.628, de 08 de setembro de 2005.

As Atividades Complementares fazem parte do Projeto Pedagógico do Curso de Administração Pública, sendo componentes curriculares de extrema relevância, pois

agregam conhecimentos e experiências para formação do aluno, estimulando-o à prática de estudos independentes, à interdisciplinaridade e ao reconhecimento da importância da permanente atualização profissional.

O Planejamento de Atividades Complementares deverá ser encaminhado ao Colegiado do Departamento, a fim de verificar se está de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso de Administração Pública. Como regra geral, as atividades complementares são sempre facultativas, não podendo ser menor que 5% (cinco por cento) e nem ultrapassar 15% (quinze por cento) da carga horária total do curso.

O Colegiado do Curso de Administração Pública indica, anualmente, pelo menos um professor responsável pelo Planejamento, Controle e Homologação das Atividades Complementares. Para serem homologadas pelo Colegiado do Curso as Atividades Curriculares devem estar em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso e prever a avaliação do desempenho do aluno nas atividades desenvolvidas.

Uma vez homologadas, as Atividades Complementares serão registradas no Histórico Escolar do aluno pelo Sistema de Informação para o Ensino (SIE), não sendo computadas para o cálculo do Coeficiente de Rendimento (CR), de acordo com a legislação da UNIRIO.

Os tipos de Atividades Complementares a serem considerados, desde que devidamente comprovadas e respeitadas às prescrições legais são: Monitoria e atividades de Iniciação Científica; Disciplinas cursadas na modalidade a distância e/ou presencial que não constem na matriz curricular do Curso; Disciplinas cursadas por convênio celebrado entre a UNIRIO e outra IES; Participação em cursos de extensão de outras IES, de associações, conselhos profissionais e sindicatos; Organização e/ou participação em eventos científicos, culturais, artísticos e políticos com ou sem apresentação de trabalho; Organização e/ou participação em congressos, seminários, simpósios, encontros, palestras, feiras, festivais, peças teatrais, concertos, recitais, gravações, composições, exposições (incluindo montagem), projetos de preservação cultural e ambiental; Publicação de capítulo de livro e artigo em periódico, resumo de trabalhos, comunicações em anais e outras publicações especializadas; Estágios curriculares não obrigatórios em instituições na área de conhecimento cursada ou em áreas afins; Atuação profissional na área de conhecimento cursada ou em áreas afins; Representação estudantil na Universidade e demais esferas estadual, regional e nacional; além de outras atividades complementares que poderão ser incorporadas pelo Colegiado do Curso.

4.6 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

Todo aluno do Curso de Administração Pública deve até o final do curso, apresentar um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), elaborado individualmente, que será avaliado por Banca especializada, através de apresentação pública e servirá como um dos instrumentos de avaliação. Do mesmo modo, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) deverá contar com a participação do professor orientador, o qual ficará responsável pela orientação dos alunos.

O Regulamento para Elaboração da Monografia de Final de Cursos de Graduação da UNIRIO está disposto na Resolução UNIRIO 1561/96. Baseado neste dispositivo legal,

considerando a especificidades da área, foi aprovado pelo colegiado de curso no ano de 2012, as normas específicas para elaboração e apresentação de trabalho de conclusão de curso (TCC) de Bacharelado em Administração Pública, conforme apresentado a seguir.

Todo aluno do Curso de Administração Pública deve até o final do curso, apresentar um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), elaborado individualmente, que será avaliado por Banca especializada, através de apresentação pública e servirá como um dos instrumentos de avaliação. Do mesmo modo, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) deverá contar com a participação do professor orientador, o qual ficará responsável pela orientação dos alunos.

O Regulamento para Elaboração da Monografia de Final de Cursos de Graduação da UNIRIO está disposto na Resolução UNIRIO 1561/96. Baseado neste dispositivo legal, considerando a especificidades da área, foi aprovado pelo colegiado de curso no ano de 2012, as normas específicas para elaboração e apresentação de trabalho de conclusão de curso (TCC) de Bacharelado em Administração Pública, conforme apresentado a seguir.

O calendário com os prazos acadêmicos do TCC, os domínios temáticos em que poderão inserir-se os TCCs e a lista dos professores-orientadores, serão divulgados no início de cada período letivo pela Coordenação do Curso.

A monografia, de cunho eminentemente didático, que se constitui num requisito para colação de grau, é o trabalho obrigatório para conclusão do curso de graduação em Administração da UNIRIO, a partir do exercício e da iniciação à pesquisa, fruto de reflexões de caráter científico e tecnológico, devendo ser elaborada ao longo dos dois últimos períodos letivos: sétimo período (Projeto de Pesquisa) e oitavo período (TCC).

Considerando-se a especificidade do Curso de Administração Pública, a monografia a ser apresentada como trabalho de conclusão final do curso poderá ter diferentes formatos, tais como dissertação, revisão da literatura, artigo, projetos técnicos, publicações tecnológicas, plano de negócios, relatórios finais de pesquisa e estudos de caso; sem prejuízo de outros formatos, desde que previamente propostos e aprovados pelo Colegiado do Curso.

A monografia como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem por objetivo principal estimular a pesquisa e a produção de texto acadêmico de forma a articular o plano teórico e o plano aplicado, possibilitando aos graduandos em Administração refletir, aprofundar e consolidar todos os conhecimentos adquiridos durante o processo de formação e conteúdos ministrados nas disciplinas curriculares.

A monografia poderá ainda estar relacionada ao Estágio Curricular, na medida em que a investigação do tema escolhido disponha de professor-orientador interessado e possa ser desenvolvida no próprio Estágio.

Os temas disponibilizados para investigação pelo Colegiado do Curso devem integrar a matriz curricular do curso e estar de acordo com os interesses e aptidões dos alunos, além de contribuírem para sua formação profissional.

Essa disponibilização de temas levará em consideração a competência instalada dos professores e a pertinência das áreas temáticas ou linhas de pesquisa institucionalizadas, devendo os domínios temáticos propostos serem aprovados pelo Colegiado do Curso.

A escolha do orientador se fará entre professores em efetivo exercício na Escola de Administração, ou, em casos excepcionais, considerando-se a especificidade temática da monografia e mediante aprovação do colegiado do curso, se fará entre professores

pertencentes a outros cursos dos Centros Universitários, ou a outras instituições de ensino superior.

Caso o orientador não pertença à UNIRIO, será necessária a participação de um co-orientador, que deverá ser professor desta instituição ligado à área de interesse.

É facultado ao professor não acolher a solicitação de orientação de um aluno. O aceite da orientação gera compromissos mútuos e, por isso, deve ser feito através de Termo de Compromisso.

A partir do momento do aceite, o professor já na função de orientador deve discutir com o aluno a delimitação do tema a ser investigado, o levantamento de dados e a bibliografia necessária à elaboração do trabalho, supervisionar a escolha da metodologia, a montagem do plano de monografia, a composição da introdução, do desenvolvimento das ideias e da conclusão, bem como proceder à leitura crítica de sua redação final.

Cada professor-orientador poderá orientar no máximo 2 (dois) alunos novos por período letivo, até atingir o total máximo de 4 (quatro) orientandos. Considera-se a duração completa de uma orientação como um ano (dois períodos semestrais). Para a contagem da disponibilidade de orientação serão considerados os dois períodos do TCC. No critério de disponibilidade de orientação só são computados os alunos do curso de Administração Pública, não sendo considerados os orientandos de outros cursos.

Durante a elaboração do trabalho, o orientador deverá utilizar todos os meios para se comunicar com seus orientandos, a fim de manter a pesquisa em andamento. Além disso, deve haver encontros presenciais frequentes, de modo a verificar o progresso do desenvolvimento do trabalho.

Após o recebimento, o orientador terá o prazo de 10 (dez) dias corridos para se pronunciar sobre qualquer material entregue pelo aluno. No caso do professor orientador não entregar o trabalho monográfico em tempo hábil para sua avaliação, caberá ao aluno comunicar o fato à Coordenação de sua respectiva Escola.

O acompanhamento do desenvolvimento do trabalho do aluno até a aprovação da monografia pelo orientador será feito mediante relatórios mensais entregues ao responsável pela disciplina Trabalho de Conclusão de Curso.

Somente após a aprovação do orientador, poderá ocorrer a entrega do trabalho final e o agendamento da sua apresentação, ambos registrados em formulários próprios.

A elaboração do trabalho e sua redação obedecerão às normas cultas da língua portuguesa e da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), bem como àquelas pertinentes à especificidade do produto final.

A entrega do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) aprovado pelo orientador deverá ocorrer de acordo com calendário estabelecido pela Coordenação e conter três cópias impressas e encadernadas (espiral), arquivo em formato (DOC e PDF) em mídia digital e dois originais do formulário próprio assinado pelo orientador e pelo aluno, acompanhados de declaração de que o TCC está em condições de ser avaliado.

O aluno que não conseguir apresentar o trabalho aprovado pelo orientador no prazo determinado pela Coordenação será considerado reprovado na disciplina TCC, devendo matricular-se na mesma disciplina no semestre subsequente.

Excepcionalmente, poderá a Coordenação deferir a prorrogação do prazo de entrega, mediante justificativa por escrito do aluno, ouvido o professor orientador.

A defesa/apresentação oral da monografia do aluno perante Banca Examinadora composta pelo professor orientador, na qualidade de Presidente, e por dois outros professores será pública e obrigatória e será programada por cada orientador.

Os membros das Bancas Examinadoras serão convidados com antecedência mínima de 15 (quinze) dias corridos do dia da apresentação oral, por meio de documento do qual constarão o nome do aluno, o título do trabalho, o nome do professor orientador, a composição da Banca, o dia, a hora e o local da defesa, sendo o mesmo acompanhado de uma cópia do trabalho a ser avaliado.

A defesa do trabalho perante a Banca Examinadora obedecerá às seguintes regras:

- a) instalada a Banca, que será presidida pelo professor orientador, o aluno terá um prazo de vinte minutos para fazer a apresentação oral;
- b) em seguida, os dois professores arguirão o aluno por dez minutos no máximo, tendo este dez minutos para a resposta após cada arguição;
- c) por fim, o professor orientador fará sua arguição em dez minutos no máximo, tendo o aluno dez minutos para a resposta.

A avaliação da monografia de final de curso será realizada por uma Banca Examinadora após terminada a defesa oral, onde a Banca reunir-se-á secretamente para deliberar sobre a avaliação do aluno.

A Banca poderá condicionar a aprovação do trabalho de conclusão de curso ao atendimento das recomendações que fizer, caso em que o trabalho corrigido pelo aluno no prazo de vinte dias será novamente submetido à mesma Banca, dispensada nova defesa oral para que o grau seja conferido.

Os membros da Banca Examinadora atribuirão individualmente ao TCC grau de zero a dez. As notas de cada membro da Banca deverão ser registradas na ata, no dia da defesa oral.

A avaliação realizada pelos três componentes da Banca Examinadora levará em consideração os seguintes indicadores como critérios: pertinência e delimitação do tema; metodologia utilizada; composição da introdução, desenvolvimento das ideias e conclusão; correção do texto; e normalização do texto (adequação às normas ortográficas, gramaticais, e as da ABNT vigentes).

A nota da monografia de final de curso deverá corresponder à média aritmética dos graus atribuídos pelos diferentes avaliadores, sendo aprovado o aluno que obtiver nota mínima 7,0 (sete), em cada uma das avaliações.

O aluno que obtiver média inferior a 7,0 (sete), e não inferior a 4,0 (quatro), terá uma nova oportunidade para aprimorar ou refazer o seu trabalho, que deverá ser entregue, no máximo, vinte dias após a divulgação desse resultado, para uma segunda avaliação, pelos mesmos avaliadores.

O aluno que não alcançar aprovação na sua monografia de final de curso não poderá colar grau, ainda que haja cumprido todos os demais créditos.

O não cumprimento, por parte do aluno, do prazo-limite estabelecido para entrega da monografia implicará a reprovação do mesmo, impedindo a conclusão do curso.

No caso do não cumprimento do prazo estabelecido para entrega da monografia corrigida o aluno poderá justificar, por escrito, o motivo e pedir uma prorrogação à

Coordenação, que decidirá, ouvido o professor orientador e considerando as normas aprovadas pelo Colegiado.

O prazo limite da entrega das notas da monografia de final de curso, por parte dos professores avaliadores, não deverá ultrapassar o estabelecido pela Coordenação.

4.7 ESTÁGIO CURRICULAR

O Estágio Supervisionado é um componente curricular obrigatório no curso de Administração Pública da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e segue as determinações da resolução número 3.872 de março de 2012. De acordo com essa resolução, o estágio curricular é o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente profissional ou de imersão acadêmica (pesquisa e extensão), que visa à preparação para o mercado de trabalho de alunos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

O estágio obrigatório é um componente curricular definido no Projeto Pedagógico do curso de Administração Pública e cuja integralização da carga horária é requisito para a aprovação e obtenção do diploma. A Carga Horária mínima prevista para o Estágio Supervisionado é de 300 horas. Para cumprir a atividade de estágio obrigatório como parte do Componente Curricular Estágio Supervisionado, o aluno deverá se inscrever a partir do 6º Período neste no Componente Curricular, Estágio Supervisionado, que possui código próprio e terá caráter eminente prático. Caso as horas efetivas de Estágio Curricular de um aluno ultrapasse esse quantitativo de horas, o excedente poderá ser computado como Atividade Complementar.

Compete ao estagiário escolher a área e a instituição na qual pretende estagiar bem como eleger o seu orientador de campo. No início do componente curricular Estágio Supervisionado o aluno deverá preencher a “Ficha de Identificação do Estágio” na qual informará, entre outros dados, quem será seu orientador de campo (Anexo I). Ao final do período acadêmico em que estiver matriculado em Estágio Supervisionado, o aluno deverá entregar um “Relatório de Estágio” seguindo a estrutura indicada neste documento. Todos esses documentos deverão ser entregues ao professor orientador responsável pelo componente curricular Estágio Supervisionado. O professor orientador atribuirá uma nota e conferirá, ou não, as 300 horas mínimas obrigatória de estágio curricular. Esta nota será atribuída levando-se em consideração o relatório, as atividades realizadas e o desempenho do discente nos encontros presenciais.

O estágio poderá ser desenvolvido nos próprios setores da UNIRIO ou em outras instituições conveniadas. Estimula-se que o aluno desenvolva suas atividades de estágio em uma instituição pública, mas também serão aceitos estágios com atividades realizadas em empresas do terceiro setor e privadas. Conforme orientação do Art 7º da Diretriz Curricular, além da atividade profissional propriamente dita, o aluno também poderá desenvolver as atividades de estágio na imersão acadêmica em pesquisa e/ou extensão, como, por exemplo, monitoria e iniciação científica. Os alunos que já possuem curso superior e/ou que desenvolveram atividades profissionais no decorrer do curso poderão solicitar ao colegiado do curso, que essas atividades desenvolvidas conte para cumprimento de carga horária obrigatória. Neste caso, a carga horária excedente não contará como atividade complementar.

Seguindo a regulamentação da Unirio, o horário de trabalho do estagiário deve ser compatível com a sua grade curricular e não deve ultrapassar seis horas diárias e 30 horas semanais.

Uma vez cumprida a carga horária necessária ao estágio curricular obrigatório, componente da grade curricular, o aluno poderá continuar fazendo estágio curricular na modalidade, não obrigatório. Nesse caso, essa carga horária excedente será contabilizada como atividade complementar de acordo com a Resolução n 2.628/2005 e a Ordem de Serviço PROGRAD n 003/2007.

O Relatório Final de Estágio Supervisionado deverá ser estruturado de forma a conter os seguintes itens:

I – INTRODUÇÃO – Parte inicial do texto, onde se expõe o assunto como um todo. Inclui informações sobre a natureza e importância do documento. Também se deve apresentar a contextualização do problema que consiste na descrição, sem juízos de valor, da situação ou do contexto referente ao assunto em questão. Devem constar informações atualizadas e/ou dados estatísticos para dar maior consistência ao trabalho.

II – REFERENCIAL, MARCO, SUPORTE OU EMBASAMENTO TEÓRICO –

Texto próprio – elaborado pelo estagiário – que fundamente a temática proposta. Deve apresentar as contribuições mais recentes e mais relevantes sobre o assunto. O aluno deve utilizar citações (diretas, indiretas e/ou mistas) de trechos destacados das obras dos autores por ele selecionados.

III – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS – Deve constar o instrumental, métodos e técnicas empregados para a elaboração de todas as etapas do trabalho.

IV – ANÁLISE DOS RESULTADOS – Deve ser apresentada de forma objetiva, precisa e clara. A análise consiste na avaliação circunstanciada, na qual se estabelecem relações, deduções e generalizações. Refere-se aos aspectos práticos coletados ou observados na realidade.

V – CONCLUSÃO – É uma síntese interpretativa dos resultados obtidos, podendo constar recomendações e sugestões.

VI - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS – lista ordenada das obras e/ou fontes citadas e consultadas, que fundamentam o texto do trabalho. Pode ser organizada por autor (em geral, esta é a regra que predomina), por assunto, cronologicamente ou por grau de autoridade citadas, consultadas ou indicadas).

VII- ANEXOS – materiais adicionais e complementares ao texto. É destacado do mesmo para que a leitura não seja interrompida constantemente. Podem consistir de gráficos, ilustrações, quadros, fotografias, desenhos, etc... Deve obedecer a uma ordenação própria. No sumário, deve constar apenas o título genérico: "Anexos".

4.8 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO

As três fases essenciais de qualquer processo eficiente de gestão são: Planejamento, Implantação e Controle. Não basta planejar e executar, e não controlar. Não há qualidade naquilo que não se controla. Neste sentido, ressalta-se a importância do processo de avaliação como instrumento de controle da qualidade de um PPC. Uma avaliação contínua do Projeto Pedagógico do Curso de Administração Pública se fez

necessária para se buscar críticas e sugestões para adequar a proposta do curso em seus diferentes momentos, desde a implementação. Esta é uma condição indispensável para manter a qualidade do curso e para possibilitar a adequação do projeto pedagógico à realidade dinâmica das necessidades de formação dos egressos.

Para tanto, é necessário ultrapassar aquilo que é apenas aparente, mantendo viva a utopia expressa no Projeto Pedagógico, construído coletivamente e, verdadeiramente, capaz de orientar o caminho teórico-prático adotado e as ações sócio-políticas e educacionais voltadas para o desenvolvimento institucional.

O processo de adequação e de avaliação da qualidade do PPC de Administração Pública, além de permitir um balanço nos rumos da formação em Administração Pública, constituiu-se numa prática de pensar e repensar os fundamentos e os princípios, os objetivos, a identidade do egresso, a organização curricular, as formas de implementação e as condições de infraestrutura e de recursos humanos envolvidos no trabalho pedagógico.

Portanto, dentro desse caráter sistêmico e reiterado, o PPC foi encaminhado e discutido inicialmente no âmbito do Núcleo Docente Estruturante e, posteriormente, no Colegiado do Curso, para a elaboração de propostas de avaliação de seu próprio Projeto a fim de produzir ações efetivas para melhoria da qualidade do PPC de Administração Pública.

Após um longo e participativo processo de avaliação, o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Administração Pública foi recentemente adequado para atender as novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) instituídas através da Resolução CNE/MEC Nº 1 de 13 de janeiro de 2014. Seguindo orientações da DCN, esse novo PPC é interdisciplinar, flexível e propicia uma formação humanista e crítica de profissionais e pesquisadores.

Desde o início de 2009, após o ingresso dos primeiros alunos, o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) começou a ser reavaliado e adequado, seguindo as sugestões e recomendações de: professores, gestores, técnicos e alunos.

Algumas condicionantes orientaram este processo de adequação, que culminou com o novo PPC. Selecionou cinco dessas condicionantes para destaque: a gênese do PPC antigo, a contratação dos docentes, o reconhecimento do curso, a graduação da primeira turma e a nova DCN.

- 1) O curso de Administração (ênfase em Administração Pública) foi criado no final de 2008 dentro do Programa Reuni. A gênese do Projeto Pedagógico Curricular se deu a partir do corpo docente do curso de Direito da Unirio. Esse viés jurídico está refletido no PPC original.
- 2) A partir de 2009, houve vários concursos públicos nas diversas áreas do conhecimento para compor o corpo do docente do curso. Só a partir do ingresso desses novos docentes, ainda para uma graduação em Administração (ênfase em Administração Pública), foi possível uma análise e avaliação mais crítica em relação à qualidade do PPC.
- 3) No final de 2012, o reconhecimento do curso como de Bacharelado em Administração Pública viabilizou discussões e ações no sentido de um adequar o PPC para um enfoque mais voltado para área de Públicas. Além disso, as recomendações dos avaliadores do MEC foram importantes subsídios nas discussões de adequação do PPC.

- 4) No início de 2013, se deu a formação da primeira turma de bacharéis em Administração Pública da Unirio. A graduação da primeira turma permitiu uma análise mais crítica sobre o processo completo e sobre o egresso.
- 5) A recente DCN para os cursos de graduação em Administração Pública proporcionou uma orientação acadêmica e pedagógica para os cursos das Áreas de Públicas. Ressalta-se que os critérios de avaliação dos cursos das Áreas de Públicas ainda encontram-se em discussão no âmbito de um fórum de professores, coordenadores e gestores de cursos das Áreas de Públicas.

Numa visão mais ampla, a avaliação da qualidade do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Administração Pública é parte integrante do Projeto Pedagógico Institucional (PPI). O PPI e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) são marcos referenciais para o processo de avaliação do PPC de Administração Pública.

O processo de avaliação no PPI, em consonância com as orientações do MEC Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), considera os seguintes eixos: o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a ação desenvolvida pelo corpo docente, a infraestrutura da Universidade, entre outros.

O Sistema de Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso de Administração Pública (PPC), como de todos os projetos pedagógicos de cursos da Unirio, orienta-se pelo Projeto Pedagógico Institucional (PPI) que, por sua vez, está inserido no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Portanto, o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) constitui-se num instrumento de orientação acadêmica nuclear da Unirio, que tem o propósito de consolidar as demandas da Instituição no campo pedagógico, de forma nortear as ações estratégicas universitárias.

Por isso, o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) deve orientar, de forma articulada, todos os Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC). No PPI estão definidos os critérios de avaliação dos PPCs dos diferentes cursos. O PPI orienta o PPC no sentido de estabelecer os conhecimentos e as habilidades que devem caracterizar o egresso do curso de Administração Pública, de forma a estar apto para atuar numa sociedade em constantes transformações.

Seguindo as orientações do PPI da Unirio, a construção e a avaliação do PPC do curso de Administração Pública se basearam em três atos: o ato situacional, o ato conceitual e o ato operacional. O ato situacional descreve a realidade na qual desenvolvemos nossa ação, é o desvelamento da realidade sociopolítica, econômica, educacional e ocupacional; o ato conceitual delinea a concepção ou visão de sociedade, homem, educação, currículo, ensino e aprendizagem que será contemplada no projeto pedagógico; e o ato operacional orienta sobre como realizar nossa ação. É o momento de nos posicionarmos com relação às atividades a serem assumidas para transformar a realidade do curso.

A partir da orientação acadêmica do PPI, a concretização da avaliação da qualidade dos Projetos Pedagógicos do Curso (PPC) de Administração Pública se deu em uma avaliação criteriosa, participativa, diagnóstica, visando a aprimorar, aperfeiçoar o PPC no campo pedagógico.

Por isso, foi necessário refletir sobre a opção metodológica feita pela Instituição no PPI, a fim de contemplá-la no processo de avaliação do PPC de Administração Pública.

Diante deste modelo dinâmico, os professores que compõem o Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Administração Pública se reuniram frequentemente para discutir a adequação do Projeto Pedagógico do Curso a DCN.

Neste sentido, o curso de Administração Pública promoveu sua autoavaliação, por meio de Comissão Interna de Autoavaliação de Curso (CIAC), subsidiando o Núcleo Docente Estruturante (NDE) no desenvolvimento e no aprimoramento do novo PPC de Administração Pública. O resultado dessa autoavaliação apontou potenciais problemas e recomendou ações que deveriam ser implementadas para melhorar a qualidade do curso.

Novamente em um panorama mais abrangente, os resultados das diversas autoavaliações dos cursos servem como subsídios para orientar as estratégias acadêmicas da Unirio para melhoria da qualidade dos cursos oferecidos pela Universidade, bem como analisar se sua missão está de fato se realizando.

É dessa forma que a avaliação do PPC de Administração Pública e do PPI, mantem estreita relação com a avaliação do PDI e, conseqüentemente, com a avaliação institucional realizada pela Comissão Própria de Avaliação da Universidade (CPA). Nesse aspecto, a avaliação o processo de avaliação da qualidade do PPC de Administração Pública contribuiu para que a Unirio repense suas ações estratégicas na área pedagógica.

As informações obtidas nas avaliações de PPCs devem orientar a Unirio, num processo de melhoria contínua, a repensar o perfil do profissional e do cidadão que se pretende formar. O resultado deste sistema de avaliação complexo permite que a Unirio controle, no campo pedagógico, se está realmente contribuindo para a inclusão social, para a transformação da atual realidade da sociedade e para o desenvolvimento sustentável do país.

5. DA PESQUISA

Conforme orientação das Novas Diretrizes Curriculares, a organização do curso está estruturada em dois eixos fundamentais: um eixo de **Formação Profissional** voltado a formação do administrador público tradicional e outro eixo de **Formação Acadêmica** que dê ao egresso a opção de formação no perfil de pesquisador.

No projeto pedagógico do curso há previsão de diversas disciplinas (obrigatórias e optativas) com conteúdo metodológico.

Além disso, o Curso estimula pesquisa de docentes e discentes de forma a irradiar suas ênfases ao processo de ensino-aprendizagem e a extensão universitária. Propicia que essas atividades de pesquisa sejam objeto do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), do Estágio Curricular, da pesquisa docente e a ainda do Programa de Iniciação Científica da UNIRIO e do PIBIC, vinculado ao CNPq. Para isso, espera-se que os alunos sejam envolvidos sistematicamente em pesquisas desenvolvidas por professores, como auxiliares de pesquisa.

A partir de trabalhos de iniciação científica, desenvolvidos com orientação de professores realiza-se anualmente o Seminário de Iniciação Científica da UNIRIO, organizado pelo Setor de Pesquisa da Pro-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. A integração entre graduação e pós-graduação fez-se, até recentemente, por intermédio do

Setor de Pesquisa do Curso, que reúne professores e alunos em torno de temas de investigação, criando um “clima” propício à introdução do aluno de graduação na pesquisa, o que, muitas vezes, acaba estimulando-o a buscar a carreira acadêmica.

6. NORMAS E CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO

O Sistema de Avaliação do Processo de Ensino e Aprendizagem está regulamentado na Unirio. Como regra geral, as avaliações são feitas por nota e por frequência. Como forma de flexibilizar o sistema de avaliação e de respeitar as especificidades de cada componente curricular, prevalece à política de reconhecimento de autonomia do professor, desde que não contrariem a legislação acadêmica.

No curso de Administração Pública, o modo de avaliação dos alunos fica a critério do docente responsável pela disciplina, podendo se dar mediante: provas, seminários, oficinas, exercícios, projetos, relatórios ou outras atividades. Além desses, o docente pode se utilizar de outros instrumentos complementares na sua avaliação, como, por exemplo, estudo de casos, trabalhos de pesquisa ou exercícios mais elaborados. Contudo, o docente deve, obrigatoriamente, realizar pelo menos duas avaliações para cada aluno.

Seguindo a regulamentação acadêmica, a avaliação de cada componente curricular no Curso de Administração Pública deve considerar três fases distintas: a) pelo menos duas avaliações, sendo, preferencialmente, uma deve ser no meio e a outra ao final do semestre; b) segunda chamada como avaliação não automática, que substitui uma das avaliações, em caso de falta justificada do aluno; c) avaliação final que ocorre ao final do período letivo, para àqueles alunos que não obtiveram desempenho acadêmico suficiente para aprovação direta.

É considerado aprovado na disciplina o aluno que obtiver média aritmética das avaliações, igual ou superior a 7,0 (sete). O aluno que obtiver média aritmética inferior a 7,0 (sete) e igual ou superior a 4,0 (quatro), será submetido à avaliação final. Será considerado reprovado por insuficiência acadêmica o aluno que obtiver média aritmética inferior a 4,0 (quatro). Para os alunos que ficarem para avaliação final será considerado aprovado na disciplina, aquele que alcançar média final entre avaliação final e a média aritmética - das avaliações anteriores - igual ou superior a 5,0 (cinco). Também é considerado reprovado o aluno que não frequentar pelo menos 75% das aulas conferidas nas respectivas disciplinas.

7. EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

O Curso de Administração Pública valoriza e propicia diversas atividades extensionistas permanentes e temporárias como visitas, palestras, jornadas, semanas, cursos de atualização e extensão. O curso também conta com projetos de extensão institucionalizados voltados para democratização do conhecimento, comprometendo o corpo docente e discente do curso com questões de relevância social.

A formação em nível de graduação não envolve apenas a dimensão técnico-profissional, mas também outras dimensões que a complementam. Várias dessas dimensões, como a de formação cultural, a perspectiva multidisciplinar e a ênfase na

dimensão humana da administração. Mas há outras dimensões importantes na formação do aluno como administrador e como cidadão que até recentemente não integravam o currículo do curso, embora fossem estimulados pelo Curso como atividades extracurriculares. Dentre essas dimensões incluem-se participação estudantil, em associações, entidades científicas, participação em projetos de pesquisas, dentre outras. Com o objetivo de reconhecer estas dimensões de formação, o Curso inclui em sua Matriz Curricular as Atividades Complementares, atendendo assim à regulação das Diretrizes Curriculares.

8. DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

Departamentos do CCJP:

Departamento de Estudos Fundamentais em Ciências Jurídicas, Políticas e de Administração (DFC)

Departamento de Estratégia e Gestão (DEG)

Departamento de Direito Positivo (DDP)

Departamento de Estudos Políticos (DEP)

Cód SIE	DISCIPLINA	DEP	Per.	Créditos		CH	PRÉ-REQUISITOS
				T	P		
	Introdução à Administração	DFC (CCJP)	1º	4		60	Inexiste
	Introdução a Política	DFC (CCJP)	1º	4		60	Inexiste
	Sociologia Geral	HFC	1º	4		60	Inexiste
	Introdução ao Direito I	DFC (CCJP)	1º	4		60	Inexiste
	Economia Política I	DFC (CCJP)	1º	4		60	Inexiste
	Matemática Básica I	DME	1º	2	1	60	Inexiste
	Direito Constitucional II	DFC (CCJP)	2º	4		60	Introdução ao Direito
	Gestão Estratégica	DEG (CCJP)	2º	4		60	Introdução à Administração
	Teoria Geral da Administração	DEG (CCJP)	2º	4		60	Introdução à Administração
	Contabilidade Geral	DEG (CCJP)	2º	4		60	Inexiste
	Estatística Aplicada as Ciências Sociais	DME	2º	3		45	Matemática Básica
	Matemática Financeira	DME	2º	4		60	Matemática Básica
	Marketing Estratégico	DEG (CCJP)	3º	4		60	Gestão Estratégica
	Gestão de Recursos Humanos	DEG (CCJP)	3º	4		60	Teoria Geral da Administração
	Gestão de Sistemas de Informação	DEG (CCJP)	3º	4		60	Teoria Geral da Administração
	Gestão Financeira	DEG (CCJP)	3º	4		60	Matemática Financeira
	Administração Pública	DEP (CCJP)	3º	4		60	Direito Constitucional
	Direito Administrativo	DDP (CCJP)	3º	4		60	Direito Constitucional
	Gestão do Trabalho no Setor Público	DEG (CCJP)	4º	4		60	Gestão de Rec Humanos
	Finanças Públicas I	DEG (CCJP)	4º	4		60	Teoria Geral da Administração

Cód SIE	DISCIPLINA	DEP	Per.	Créditos		CH	PRÉ-REQUISITOS
				T	P		
	Políticas Públicas I	DEP (CCJP)	4º	4		60	Administração Pública
	Estratégias de Inovação	DEG (CCJP)	4º	4		60	Gestão Estratégica
	Gestão da Produção	DEG (CCJP)	4º	4		60	Gestão Estratégica
	Finanças Públicas II	DEG (CCJP)	5º	4		60	Finanças Públicas I
	Ética	DFC (CCJP)	5º	4		60	Administração Pública
	Contabilidade Pública	DEG (CCJP)	5º	4		60	Contabilidade Geral
	Política Comparada	DEP (CCJP)	5º	4		60	Administração Pública
	Metodologia da Pesquisa	DEG (CCJP)	6º	4		60	Ética na Gestão Pública
	Logística e Gestão de Materiais	DEG (CCJP)	6º	4		60	Gestão da Produção
	Planejamento e Gestão Governamental	DEG (CCJP)	6º	4		60	Políticas Públicas I
	Controle Governamental	DEG (CCJP)	6º	4		60	Contabilidade Pública
	Projeto de Pesquisa	DEG (CCJP)	7º	2	2	90	Metodologia da Pesquisa
	Métodos Quantitativos	DEG (CCJP)	7º	4		60	Estatística
	Regulação de Serviços Públicos	DEG (CCJP)	7º	4		60	Direito Administrativo
	Gestão da Qualidade e Controle de Processos	DEG (CCJP)	8º	4		60	Gestão Produção/ Estatística
	Gestão Ambiental	SCA	8º	4		60	Inexiste
	Tomada de decisão	DEG (CCJP)	8º	4		60	Estatística

9. DISCIPLINAS OPTATIVAS

Departamentos do CCJP:

Departamento de Estudos Fundamentais em Ciências Jurídicas, Políticas e de Administração (DFC)

Departamento de Estratégia e Gestão (DEG)

Departamento de Direito Positivo (DDP)

Departamento de Estudos Políticos (DEP)

Curso de Bacharelado em Administração Pública – CCJP/UNIRIO								
Cód SIE	NOME DA DISCIPLINA	Depart.	Tipologia	Disc. nova	Créditos		C H	Pré- Requisitos
					T	P		
	Ação Social e Decisão Política	DEP (CCJP)	2		4		60	Sociologia Política
	Administração de Serviços	DEG (CCJP)	2		4		60	Logística e Gestão de Materiais
	Administração do Sistema Judiciário	DEG (CCJP)	2		4		60	Plan. Gestão Governamental
	Ambiente e saúde	MEDICINA	2		4		60	Gestão Ambiental
	Antropologia	DEP (CCJP)	2		4		60	Não Existe
	Avaliação de Políticas Públicas	DEG (CCJP)	2	X	4		60	Políticas Públicas I
	Antropologia Política	DEP (CCJP)	2		4		60	Antropologia
	Cálculo Diferencial e Integral I	DME	2		4		60	Matemática Básica
	Cidadania e Política no Brasil	DEP (CCJP)	2		4		60	Administração Pública
	Comunicação e Redação	DFC (CCJP)	2		2		30	Não Existe
	Culturas Afro Brasileiras	DIDÁTICA	2		2		30	Não Existe
	Desenvolvimento e Sustentabilidade	DEG (CCJP)	2	X	4		60	Gestão Ambiental
	Direito Administrativo II	DDP (CCJP)	2		4		60	Direito Administrativo
	Direito Ambiental	DDP (CCJP)	2		4		60	Direito Administrativo
	Direito do Trabalho I	DDP (CCJP)	2		4		60	Direito Administrativo
	Direito Internacional Público	DDP (CCJP)	2		4		60	Direito Administrativo
	Direito Penal I	DDP (CCJP)	2		4		60	Direito Administrativo
	Direito Tributário I	DDP (CCJP)	2		4		60	Direito Administrativo
	Direito Tributário II	DDP (CCJP)	2		4		60	Direito Tributário I
	Educação Ambiental e Cidadania	ECOLOGIA E RECURSOS MARINHOS	2		4		60	Não Existe

Curso de Bacharelado em Administração Pública – CCJP/UNIRIO								
Cód SIE	NOME DA DISCIPLINA	Depart.	Tipologia	Disc. nova	Créditos		C H	Pré- Requisitos
					T	P		
	Engenharia Econômica e Financeira	ENG PRO	2		4		60	Matemática Financeira
	Formação do Estado Brasileiro	DEP (CCJP)	2		4		60	Introdução à Política
	Formas e Sistemas de Governo	DEP (CCJP)	2		4		60	Representação Política
	Gerência de Projetos	ENG. PRO	2		4		60	Matemática Financeira
	Gestão de Custos	ENG PRO	2		4		60	Gestão Estratégica
	Gestão Municipal	DEG (CCJP)	2	X	4		60	Políticas Públicas I
	Gestão de Políticas Públicas	DEG (CCJP)	2	X	4		60	Políticas Públicas I
	Fundamentos de Inglês Instrumental	DEPARTAMENTO DE PROCESSOS TÉCNICO-DOCUMENTAIS	2		4		60	Não Existe
	Introdução a Economia	ENG. PRO	2		4		60	Não Existe
	Introdução a Engenharia de Produção	ENG PRO	2		2		30	Não Existe
	Introdução a Filosofia	DFCS	2		4		60	Não Existe
	Introdução a Sistemas de Informação	ENG PRO	2		4		60	Não Existe
	Língua Brasileira de Sinais (Libras)	DIDÁTICA	2		4		60	Não Existe
	Macroeconomia	DEG (CCJP)	2	X	4		60	Economia Política
	Microeconomia	DEG (CCJP)	2	X	4		60	Economia Política
	Pesquisa em Administração Pública	DEG (CCJP)	2	X		2	60	Metodologia da Pesquisa
	Pesquisa Qualitativa	DEG (CCJP)	2	X	2	1	60	Metodologia da Pesquisa
	Planejamento ambiental	BOTANICA	2		4		60	Sociedade e Meio Ambiente
	Políticas Públicas II	DEP (CCJP)	2		4		60	Políticas Públicas I
	Probabilidade	DME	2		4		60	Matemática Básica
	Representação Política	DEP (CCJP)	2		4		60	Teoria do Estado Moderno
	Seminário de Dinâmica Empresarial	DEG (CCJP)	2		4		60	Gestão da Produção
	Seminário de Políticas Públicas	DEG (CCJP)	2		4		60	Políticas Públicas I

Curso de Bacharelado em Administração Pública – CCJP/UNIRIO								
Cód SIE	NOME DA DISCIPLINA	Depart.	Tipologia	Disc. nova	Créditos		CH	Pré- Requisitos
					T	P		
	Seminário de Terceiro Setor	DEG (CCJP)	2		4		60	Gestão Ambiental
	Sociedade e Meio Ambiente	FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS	2		2		30	Não Existe
	Sociologia Política	DEP (CCJP)	2		4		60	Sociologia Geral
	Teoria do Estado Moderno	DEP (CCJP)	2		4		60	Introdução à Política
	Economia Política II	DFC (CCJP)	2		4		60	Economia Política I
	Gestão de Processos de Negócios	ENGPRO	2		4		60	Teoria Geral da Administração
	Tópicos Especiais em Administração Pública	DEG (CCJP)	2	X	4		60	Planej. Gestão Governamental
	Tópicos Especiais em Gestão Pública	DEG (CCJP)	2	X	4		60	Finanças Públicas I

**10. TABELA DE EQUIVALÊNCIA DAS DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS DO
NOVO PPC (PROPOSTO) COM O PPC ATUAL**

TABELA DE EQUIVALÊNCIA DE DISCIPLINAS

Departamentos do CCJP:

Departamento de Estudos Fundamentais em Ciências Jurídicas, Políticas e de Administração (DFC)

Departamento de Estratégia e Gestão (DEG)

Departamento de Direito Positivo (DDP)

Departamento de Estudos Políticos (DEP)

Curso de Bacharelado em Administração Pública – CCJP/UNIRIO

SITUAÇÃO ATUAL: CURRÍCULO CORRENTE									SITUAÇÃO PROPOSTA: NOVO PPC									ALTERAÇÃO
Cód SIE	NOME DA DISCIPLINA	Dep.	Tipologia	Período	Créditos		CH	Pré-Requisitos	Cód SIE	NOME DA DISCIPLINA	Dep.	Tipologia	Período	Créditos		CH	Pré-Requisitos	
					T	P								T	P			
HFC 0016	Introdução à Administração	CCH	1	1º	4		60	Inexiste		Introdução à Administração	DFC	1	1º	4		60	Inexiste	CRIAÇÃO DE NOVA DISCIPLINA NO DFC (CCJP)
JFJ00 08	Introdução a Política	DFC	1	1º	4		60	Inexiste		Introdução a Política	DFC	1	1º	4		60	Inexiste	SEM ALTERAÇÃO
HFC 0051	Sociologia Geral	CCH	1	1º	4		60	Inexiste		Sociologia Geral		1	1º	4		60	Inexiste	SEM ALTERAÇÃO
JFJ00 03	Economia Política I	DFC	1	1º	4		60	Inexiste		Economia Política I	DFC	1	1º	4		60	Inexiste	SEM ALTERAÇÃO
JFJ00 02	Introdução ao Direito I	DFC	1	1º	4		60	Inexiste		Introdução ao Direito I	DFC	1	1º	4		60	Inexiste	SEM ALTERAÇÃO
JFJ 0006	Comunicação e Redação	DFC	1	1º	2		30	Inexiste		Comunicação e Redação	DFC	2	4º	2		30	Inexiste	TIPO E PERÍODO
JFJ 0010	Teoria Geral da Administração	DFC	1	2º	4		60	Inexiste		Teoria Geral da Administração	DEG	1	2º	4		60	Introdução a Administração	CRIAÇÃO DE NOVA DISCIPLINA NO DEG
JFJ00 13	Psicologia nas Organizações	DEG	1	2º	4		60	Introdução à Administração		Gestão do Trabalho no Setor Público	DEG	1	4º	4	60	Gestão de Recursos Humanos	CRIAÇÃO DE NOVA DISCIPLINA NO DEG (CCJP)	
JFJ0 011	Administração de Recursos Humanos II	DEG	1	5º	2		30	Teoria Geral da Administração										

TABELA DE EQUIVALÊNCIA DE DISCIPLINAS

Departamentos do CCJP:

Departamento de Estudos Fundamentais em Ciências Jurídicas, Políticas e de Administração (DFC)

Departamento de Estratégia e Gestão (DEG)

Departamento de Direito Positivo (DDP)

Departamento de Estudos Políticos (DEP)

Curso de Bacharelado em Administração Pública – CCJP/UNIRIO

SITUAÇÃO ATUAL: CURRÍCULO CORRENTE									SITUAÇÃO PROPOSTA: NOVO PPC									ALTERAÇÃO
Cód SIE	NOME DA DISCIPLINA	Dep.	Tipologia	Período	Créditos		CH	Pré-Requisitos	Cód SIE	NOME DA DISCIPLINA	Dep.	Tipologia	Período	Créditos		CH	Pré-Requisitos	
					T	P								T	P			
JDP0003	Direito Constitucional II	DFC	1	2º	4		60	Introdução ao Direito I		Direito Constitucional II	DFC	1	2º	4		60	Introdução ao Direito	SEM ALTERAÇÃO
JFJ0004	Economia Política II	DFC	1	2º	4		60	Economia Política I		Economia Política II	DFC	2		4		60	Economia Política I	TIPO
JET0001	Contabilidade Empresarial	DEG	1	2º	4		60	Introdução à Administração		Contabilidade Geral	DEG	1	2º	4		60	Introdução à Administração	CRIAÇÃO DE NOVA DISCIPLINA NO DEG (CCJP)
JFJ0009	Metodologia do Trabalho Científico	DEG	1	2º	2		30	Inexiste		SEM EQUIVALÊNCIA								NÃO CONSTA DO NOVO CURRÍCULO
JET0003	Planejamento e Gestão Governamental	DEG	1	3º	4		60	Introdução à Administração		Planejamento e Gestão Governamental	DEG	1	6º	4		60	Políticas Públicas I	PERÍODO E PRÉ-REQUISITO
JET0005	Gestão de Processos de Negócios	DEG	1	3º	4		60	Teoria Geral da Administração		Gestão de Processos de Negócios	ENG PRO	2	5º	4		60	Teoria Geral da Administração	ALTERAR TIPO, DEPARTAMENTO E PERÍODO. INCLUSÃO DE DISCIPLINA DE MESMO NOME JÁ EXISTENTE NA ENG. PROD.

TABELA DE EQUIVALÊNCIA DE DISCIPLINAS

Departamentos do CCJP:

Departamento de Estudos Fundamentais em Ciências Jurídicas, Políticas e de Administração (DFC)

Departamento de Estratégia e Gestão (DEG)

Departamento de Direito Positivo (DDP)

Departamento de Estudos Políticos (DEP)

Curso de Bacharelado em Administração Pública – CCJP/UNIRIO

SITUAÇÃO ATUAL: CURRÍCULO CORRENTE									SITUAÇÃO PROPOSTA: NOVO PPC									ALTERAÇÃO
Cód SIE	NOME DA DISCIPLINA	Dep.	Tipologia	Período	Créditos		CH	Pré-Requisitos	Cód SIE	NOME DA DISCIPLINA	Dep.	Tipologia	Período	Créditos		CH	Pré-Requisitos	
					T	P								T	P			
JDP 0001	Direito Administrativo I	DDP	1	3º	4		60	Direito Constitucional		Direito Administrativo I	DDP	1	3º	4		60	Direito Constitucional	SEM ALTERAÇÃO
JEP 0003	Formação do Estado Brasileiro	DEP	1	3º	4		60	Inexiste		Formação do Estado Brasileiro	DEP	2	4º	4		60	Inexiste	TIPO E PERÍODO
TME 0025	Matemática Básica I	DME	1	3º	2		60	Inexiste		Matemática Básica I	DME	1	1º	2	1	60	Inexiste	PERÍODO
JET 0002	Contabilidade Pública	DEG	1	3º	4		60	Contabilidade empresarial		Contabilidade Pública	DEG	1	5º	4		60	Contabilidade e Geral	PERÍODO
JET 0007	Administração de Recursos Humanos I	DEG	1	4º	4		60	Teoria Geral da Administração		Gestão de Recursos Humanos	DEG	1	3º	4		60	Teoria Geral da Administração	CRIAÇÃO DE NOVA DISCIPLINA NO DEG (CCJP)
JET 0008	Finanças Públicas I	DEG	1	4º	4		60	Planejamento e Gestão Governamental		Finanças Públicas I	DEG	1	4º	4		60	Teoria Geral da Administração	PRÉ-REQUISITO
JET0 009	Marketing Estratégico	DEG	1	4º	4		60	Teoria Geral da Administração		Marketing Estratégico	DEG	1	3º	4		60	Gestão Estratégico	PERÍODO E PRÉ-REQUISITO

TABELA DE EQUIVALÊNCIA DE DISCIPLINAS

Departamentos do CCJP:

Departamento de Estudos Fundamentais em Ciências Jurídicas, Políticas e de Administração (DFC)

Departamento de Estratégia e Gestão (DEG)

Departamento de Direito Positivo (DDP)

Departamento de Estudos Políticos (DEP)

Curso de Bacharelado em Administração Pública – CCJP/UNIRIO

SITUAÇÃO ATUAL: CURRÍCULO CORRENTE									SITUAÇÃO PROPOSTA: NOVO PPC									ALTERAÇÃO
Cód SIE	NOME DA DISCIPLINA	Dep.	Tipologia	Período	Créditos		CH	Pré-Requisitos	Cód SIE	NOME DA DISCIPLINA	Dep.	Tipologia	Período	Créditos		CH	Pré-Requisitos	
					T	P								T	P			
TM E0018	Estatística Aplicada as Ciências Humanas e Sociais	DME	1	4º	3		45	Matemática Básica		Estatística Aplicada as Ciências Sociais	DME	1	2º	3		45	Matemática Básica	PERÍODO
JDPO004	Direito Administrativo II	DDP	1	4º	4		60	Direito Administrativo I		Direito Administrativo II	DDP	2	4º	4		60	Direito Administrativo	TIPO
TM E6033	Matemática Financeira	DME	1	4º	4		60	Matemática Básica		Matemática Financeira	DME	1	2º	4		60	Matemática Básica	PERÍODO
JET0021	Gestão Estratégica	DEG	1	5º	4		60	Teoria Geral da Administração		Gestão Estratégica	DEG	1	2º	4		60	Introdução à Administração	PERÍODO E PRÉ-REQUISITO
JET0010	Administração Financeira	DEG	1	5º	4		60	Teoria Geral da Administração		Gestão Financeira	DEG	1	3º	4		60	Matemática Financeira	CRIAÇÃO DE NOVA DISCIPLINA NO DEG (CCJP)
JET0006	Administração da Produção	DEG	1	5º	4		60	Teoria Geral da Administração		Gestão da Produção	DEG	1	4º	4		60	Gestão Estratégica	CRIAÇÃO DE NOVA DISCIPLINA NO DEG (CCJP)
JET0012	Finanças Públicas II	DEG	1	5º	4		60	Finanças Públicas I		Finanças Públicas II	DEG	1	5º	4		60	Finanças Públicas I	SEM ALTERAÇÃO
JEP0004	Legislação Social	DEG	1	5º	4		60	Inexiste	HDP0021	Direito do Trabalho I	DDP	2	4º	4		60	Direito Administrativo	ALTERAR TIPO E DEPARTAMENTO.

TABELA DE EQUIVALÊNCIA DE DISCIPLINAS

Departamentos do CCJP:

Departamento de Estudos Fundamentais em Ciências Jurídicas, Políticas e de Administração (DFC)

Departamento de Estratégia e Gestão (DEG)

Departamento de Direito Positivo (DDP)

Departamento de Estudos Políticos (DEP)

Curso de Bacharelado em Administração Pública – CCJP/UNIRIO

SITUAÇÃO ATUAL: CURRÍCULO CORRENTE									SITUAÇÃO PROPOSTA: NOVO PPC									ALTERAÇÃO
Cód SIE	NOME DA DISCIPLINA	Dep.	Tipologia	Período	Créditos		CH	Pré-Requisitos	Cód SIE	NOME DA DISCIPLINA	Dep.	Tipologia	Período	Créditos		CH	Pré-Requisitos	
					T	P								T	P			
																	vo	INCLUSÃO DE DISCIPLINA JÁ EXISTENTE NO DDP.
JET 0013	Seminário de Dinâmica Empresarial	DEG	2	5º	4		60	Inexiste		Seminário de Dinâmica Empresarial	DEG	2	5º	4		60	Inexiste	SEM ALTERAÇÃO
JET 0014	Administração da Cadeia de Suprimentos	DEG	1	6º	4		60	Administração da Produção		Logística e Gestão de Materiais	DEG	1	6º	4		60	Gestão da Produção	CRIAÇÃO DE NOVA DISCIPLINA NO DEG (CCJP)
JET 0020	Gestão de Qualidade	DEG	1	6º	2		30	Administração da Produção	SEM EQUIVALÊNCIA									NÃO CONSTA DO NOVO CURRÍCULO
JDP0007	Direito Tributário II	DDP	1	6º	4		60	Direito Administrativo I	JDP 0007	Direito Tributário II	DDP	2	6º	4		60	Direito Tributário I	TIPO E PRÉ-REQUISITO
JET 0004	Administração do Sistema de Informação	DEG	1	6º	4		60	Planejamento e Gestão Governamental I		Gestão de Sistemas de Informação	DEG	1	6º	4		60	Teoria Geral da Administração	CRIAÇÃO DE NOVA DISCIPLINA NO DEG (CCJP)
SCA 0004	Gestão Ambiental	BOTANICA	1	6º	4		60	Direito Administrativo II		Gestão Ambiental	BOTANICA	1	8º	4		60	Inexiste	PERÍODO E PRÉ-REQUISITO
JFJO	Ética na	DFC	1	6º	2		30	Direito		Ética	DFC	1	5º	2		30	Direito	CRIAÇÃO DE NOVA

TABELA DE EQUIVALÊNCIA DE DISCIPLINAS

Departamentos do CCJP:

Departamento de Estudos Fundamentais em Ciências Jurídicas, Políticas e de Administração (DFC)

Departamento de Estratégia e Gestão (DEG)

Departamento de Direito Positivo (DDP)

Departamento de Estudos Políticos (DEP)

Curso de Bacharelado em Administração Pública – CCJP/UNIRIO

SITUAÇÃO ATUAL: CURRÍCULO CORRENTE									SITUAÇÃO PROPOSTA: NOVO PPC									ALTERAÇÃO
Cód SIE	NOME DA DISCIPLINA	Dep.	Tipologia	Período	Créditos		CH	Pré-Requisitos	Cód SIE	NOME DA DISCIPLINA	Dep.	Tipologia	Período	Créditos		CH	Pré-Requisitos	
					T	P								T	P			
014	Gestão Pública							Administrativo I									Administrativo I	DISCIPLINA NO DFC (CCJP)
JET0017	Seminário de Políticas Públicas	DEG	2	6º	4		60	Inexiste		Seminário de Políticas Públicas	DEG	2	6º	4		60	Inexiste	SEM ALTERAÇÃO
JET0015	Sistemas de Informações Gerenciais	DEG	1	7º	4		60	Administração do Sistema de Informação	SEM EQUIVALÊNCIA									NÃO CONSTA DO NOVO CURRÍCULO
JET0019	Administração de Serviços	DEG	1	7º	4		60	Gestão Estratégica		Administração de Serviços	DEG	2	7º	4		60	Gestão Estratégica	TIPO
JEP0028	Pesquisa Operacional (métodos quantitativos)	DEG	1	7º	4		60	Administração da Produção		Métodos Quantitativos	DEG	1	7º	4		60	Estatística	CRIAÇÃO DE NOVA DISCIPLINA NO DEG (CCJP)
JET0024	Estratégias de Inovação Administrativa	DEG	1	7º	4		60	Planejamento e Gestão Governamental I		Estratégias de Inovação	DEG	1	4º	4		60	Gestão Estratégica	CRIAÇÃO DE NOVA DISCIPLINA NO DEG (CCJP)
JET0022	Seminário de Regulação e Agências	DEG	2	7º	4		60	Inexiste		Regulação de Serviços Públicos	DEG	1	7º	4		60	Direito Administrativo	CRIAÇÃO DE NOVA DISCIPLINA NO DEG (CCJP)
JET0023	Estágio Profissional I	DEG	1	7º		3	90		SEM EQUIVALÊNCIA									NÃO CONSTA DO NOVO CURRÍCULO AS DISCIPLINAS

TABELA DE EQUIVALÊNCIA DE DISCIPLINAS

Departamentos do CCJP:

Departamento de Estudos Fundamentais em Ciências Jurídicas, Políticas e de Administração (DFC)

Departamento de Estratégia e Gestão (DEG)

Departamento de Direito Positivo (DDP)

Departamento de Estudos Políticos (DEP)

Curso de Bacharelado em Administração Pública – CCJP/UNIRIO

SITUAÇÃO ATUAL: CURRÍCULO CORRENTE									SITUAÇÃO PROPOSTA: NOVO PPC									ALTERAÇÃO
Cód SIE	NOME DA DISCIPLINA	Dep.	Tipologia	Período	Créditos		CH	Pré-Requisitos	Cód SIE	NOME DA DISCIPLINA	Dep.	Tipologia	Período	Créditos		CH	Pré-Requisitos	
					T	P								T	P			
																		ESTÁGIO PROFISSIONAL I E II FORAM SUBSTITUIDAS PELO COMPONENTE CURRICULAR ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO COM CH DE 300H
JET0025	Administração do Sistema Judiciário	DEG	1	8º	4		60	Planejamento e Gestão Governamental 1		Administração do Sistema Judiciário	DEG	2	8º	4		60	Planejamento e Gestão Governamental	TIPO
JET0016	Competências Gerenciais: tomada de decisão	DEG	1	8º	2		30	Administração da Produção		SEM EQUIVALÊNCIA								NÃO CONSTA DO NOVO CURRÍCULO
JET0026	Auditoria e Controladoria	DEG	1	8º	4		60	Finanças Públicas II		Controle Governamental	DEG	1	6º	4		60	Contabilidade e Pública	CRIAÇÃO DE NOVA DISCIPLINA NO DEG (CCJP)
JET0028	Seminário de Terceiro Setor	DEG	2	8º	4		60	Inexiste		Seminário de Terceiro Setor	DEG	2		4		60	Inexiste	SEM ALTERAÇÃO

TABELA DE EQUIVALÊNCIA DE DISCIPLINAS

Departamentos do CCJP:

Departamento de Estudos Fundamentais em Ciências Jurídicas, Políticas e de Administração (DFC)

Departamento de Estratégia e Gestão (DEG)

Departamento de Direito Positivo (DDP)

Departamento de Estudos Políticos (DEP)

Curso de Bacharelado em Administração Pública – CCJP/UNIRIO

SITUAÇÃO ATUAL: CURRÍCULO CORRENTE									SITUAÇÃO PROPOSTA: NOVO PPC								ALTERAÇÃO	
Cód SIE	NOME DA DISCIPLINA	Dep.	Tipologia	Período	Créditos		CH	Pré-Requisitos	Cód SIE	NOME DA DISCIPLINA	Dep.	Tipologia	Período	Créditos		CH		Pré-Requisitos
					T	P								T	P			
										Administração Pública	DEP (CCJ P)	1	3º	4		60	Direito Constitucional II	INCLUSÃO DE DISCIPLINA JÁ EXISTENTE NO DEP
										Política Comparada	DEP (CCJ P)	1	5º	4		60	Administração Pública	INCLUSÃO DE DISCIPLINA JÁ EXISTENTE NO DEP
										Políticas Públicas I	DEP (CCJ P)	1	4º	4		60	Administração Pública	INCLUSÃO DE DISCIPLINA JÁ EXISTENTE NO DEP
										Ação Social e Decisão Política	DEP (CCJ P)	2	2º	4		60	Sociologia Política	INCLUSÃO DE DISCIPLINA JÁ EXISTENTE NO DEP
										Ambiente e saúde	MEDICINA	2	8º	4		60	Gestão Ambiental	INCLUSÃO DE DISCIPLINA JÁ EXISTENTE NA MEDICINA
										Antropologia	DEP (CCJ P)	2	4º	4		60	Não Existe	INCLUSÃO DE DISCIPLINA JÁ EXISTENTE NO DEP
										Avaliação de Políticas Públicas	DEG (CCJ P)	2	5º	4		60	Políticas Públicas I	criação de NOVA DISCIPLINA NO DEP (CCJP)

TABELA DE EQUIVALÊNCIA DE DISCIPLINAS

Departamentos do CCJP:

Departamento de Estudos Fundamentais em Ciências Jurídicas, Políticas e de Administração (DFC)

Departamento de Estratégia e Gestão (DEG)

Departamento de Direito Positivo (DDP)

Departamento de Estudos Políticos (DEP)

Curso de Bacharelado em Administração Pública – CCJP/UNIRIO

SITUAÇÃO ATUAL: CURRÍCULO CORRENTE									SITUAÇÃO PROPOSTA: NOVO PPC									ALTERAÇÃO
Cód SIE	NOME DA DISCIPLINA	Dep.	Tipologia	Período	Créditos		CH	Pré-Requisitos	Cód SIE	NOME DA DISCIPLINA	Dep.	Tipologia	Período	Créditos		CH	Pré-Requisitos	
					T	P								T	P			
										Antropologia Política	DEP (CCJ P)	2	7º	4		60	Antropologia	INCLUSÃO DE DISCIPLINA JÁ EXISTENTE NO DEP
										Cálculo Diferencial e Integral I	DME	2	4º	4		60	Matemática Básica	INCLUSÃO DE DISCIPLINA JÁ EXISTENTE NO DME
										Cidadania e Política no Brasil	DEP (CCJ P)	2	4º	4		60	Administração Pública	INCLUSÃO DE DISCIPLINA JÁ EXISTENTE NO DEP
										Culturas Afro Brasileiras	DIDÁTICA	2	6º	2		30	Não Existe	INCLUSÃO DE DISCIPLINA JÁ EXISTENTE NO DEPTO DIDATICA
										Desenvolvimento e Sustentabilidade	DEG (CCJ P)	2	8º	4		60	Gestão Ambiental	CRIAÇÃO DE NOVA DISCIPLINA NO DEG (CCJP)
										Direito Ambiental	DDP (CCJ P)	2	4º	4		60	Direito Administrativo	INCLUSÃO DE DISCIPLINA JÁ EXISTENTE NO DDP
										Direito Internacional Público	DDP (CCJ P)	2	6º	4		60	Direito Administrativo	INCLUSÃO DE DISCIPLINA JÁ EXISTENTE NO DDP

TABELA DE EQUIVALÊNCIA DE DISCIPLINAS

Departamentos do CCJP:

Departamento de Estudos Fundamentais em Ciências Jurídicas, Políticas e de Administração (DFC)

Departamento de Estratégia e Gestão (DEG)

Departamento de Direito Positivo (DDP)

Departamento de Estudos Políticos (DEP)

Curso de Bacharelado em Administração Pública – CCJP/UNIRIO

SITUAÇÃO ATUAL: CURRÍCULO CORRENTE								SITUAÇÃO PROPOSTA: NOVO PPC								ALTERAÇÃO		
Cód SIE	NOME DA DISCIPLINA	Dep.	Tipologia	Período	Créditos		CH	Pré-Requisitos	Cód SIE	NOME DA DISCIPLINA	Dep.	Tipologia	Período	Créditos			CH	Pré-Requisitos
					T	P								T	P			
										Direito Penal I	DDP (CCJ P)	2	6º	4		60	Direito Administrativo	INCLUSÃO DE DISCIPLINA JÁ EXISTENTE NO DDP
										Direito Tributário I	DDP (CCJ P)	2	6º	4		60	Direito Administrativo	INCLUSÃO DE DISCIPLINA JÁ EXISTENTE NO DDP
										Engenharia Econômica e Financeira	ENG PRO	2	4º	4		60	Matemática Financeira	INCLUSÃO DE DISCIPLINA JÁ EXISTENTE NA ENG. PROD.
										Formas e Sistemas de Governo	DEP (CCJ P)	2	4º	4		60	Representação Política	INCLUSÃO DE DISCIPLINA JÁ EXISTENTE NO DEP
										Gerência de Projetos	ENG PRO	2	5º	4		60	Matemática Financeira	INCLUSÃO DE DISCIPLINA JÁ EXISTENTE NA ENG. PROD.
										Gestão de Custos	ENG PRO	2	4º	4		60	Gestão Estratégica	INCLUSÃO DE DISCIPLINA JÁ EXISTENTE NA ENG. PROD.
										Gestão Municipal	DEG (CCJ P)	2	5º	4		60	Políticas Públicas I	CRIAÇÃO DE NOVA DISCIPLINA NO DEG (CCJP)

TABELA DE EQUIVALÊNCIA DE DISCIPLINAS

Departamentos do CCJP:

Departamento de Estudos Fundamentais em Ciências Jurídicas, Políticas e de Administração (DFC)

Departamento de Estratégia e Gestão (DEG)

Departamento de Direito Positivo (DDP)

Departamento de Estudos Políticos (DEP)

Curso de Bacharelado em Administração Pública – CCJP/UNIRIO

SITUAÇÃO ATUAL: CURRÍCULO CORRENTE								SITUAÇÃO PROPOSTA: NOVO PPC								ALTERAÇÃO		
Cód SIE	NOME DA DISCIPLINA	Dep.	Tipologia	Período	Créditos		CH	Pré-Requisitos	Cód SIE	NOME DA DISCIPLINA	Dep.	Tipologia	Período	Créditos			CH	Pré-Requisitos
					T	P								T	P			
										Gestão de Políticas Públicas	DEG (CCJ P)	2	5º	4		60	Políticas Públicas I	CRIAÇÃO DE NOVA DISCIPLINA NO DEG (CCJP)
										Fundamentos de Inglês Instrumental	DEPARTAMENTO DE PROCESSOS TÉCNICO-DOCUMENTAIS	2	4º	4		60	Não Existe	INCLUSÃO DE DISCIPLINA JÁ EXISTENTE
										Introdução a Economia	ENG PRO	2	3º	4		60	Não Existe	INCLUSÃO DE DISCIPLINA JÁ EXISTENTE NA ENG. PROD.
										Introdução a Engenharia de Produção	ENG PRO	2	3º	2		30	Não Existe	INCLUSÃO DE DISCIPLINA JÁ EXISTENTE NA ENG. PROD.

TABELA DE EQUIVALÊNCIA DE DISCIPLINAS

Departamentos do CCJP:

Departamento de Estudos Fundamentais em Ciências Jurídicas, Políticas e de Administração (DFC)

Departamento de Estratégia e Gestão (DEG)

Departamento de Direito Positivo (DDP)

Departamento de Estudos Políticos (DEP)

Curso de Bacharelado em Administração Pública – CCJP/UNIRIO

SITUAÇÃO ATUAL: CURRÍCULO CORRENTE									SITUAÇÃO PROPOSTA: NOVO PPC									ALTERAÇÃO
Cód SIE	NOME DA DISCIPLINA	Dep.	Tipologia	Período	Créditos		CH	Pré-Requisitos	Cód SIE	NOME DA DISCIPLINA	Dep.	Tipologia	Período	Créditos		CH	Pré-Requisitos	
					T	P								T	P			
										Introdução a Filosofia	DFC S	2	4º	4		60	Não Existe	INCLUSÃO DE DISCIPLINA JÁ EXISTENTE NO DFCS
										Introdução a Sistemas de Informação	ENG PRO	2	4º	4		60	Não Existe	INCLUSÃO DE DISCIPLINA JÁ EXISTENTE NA ENG. PROD.
										Língua Brasileira de Sinais (Libras)	DID ÁTI CA	2	6º	4		60	Não Existe	INCLUSÃO DE DISCIPLINA JÁ EXISTENTE NO DEPTO DIDÁTICA
										Macroeconomia	DEG (CCJ P)	2	4º	4		60	Economia Política	CRIAÇÃO DE NOVA DISCIPLINA NO DEG (CCJP)
										Microeconomia	DEG (CCJ P)	2	4º	4		60	Economia Política	CRIAÇÃO DE NOVA DISCIPLINA NO DEG (CCJP)
										Pesquisa em Administração Pública	DEG (CCJ P)	2	7º		2	60	Metodologia da Pesquisa	CRIAÇÃO DE NOVA DISCIPLINA NO DEG (CCJP)
										Pesquisa Qualitativa	DEG (CCJ P)	2	7º	2	1	60	Metodologia da Pesquisa	CRIAÇÃO DE NOVA DISCIPLINA NO DEG (CCJP)

TABELA DE EQUIVALÊNCIA DE DISCIPLINAS

Departamentos do CCJP:

Departamento de Estudos Fundamentais em Ciências Jurídicas, Políticas e de Administração (DFC)

Departamento de Estratégia e Gestão (DEG)

Departamento de Direito Positivo (DDP)

Departamento de Estudos Políticos (DEP)

Curso de Bacharelado em Administração Pública – CCJP/UNIRIO

SITUAÇÃO ATUAL: CURRÍCULO CORRENTE								SITUAÇÃO PROPOSTA: NOVO PPC								ALTERAÇÃO		
Cód SIE	NOME DA DISCIPLINA	Dep.	Tipologia	Período	Créditos		CH	Pré-Requisitos	Cód SIE	NOME DA DISCIPLINA	Dep.	Tipologia	Período	Créditos			CH	Pré-Requisitos
					T	P								T	P			
										Planejamento ambiental	BOTANICA	2	7º	4		60	Sociedade e Meio Ambiente	INCLUSÃO DE DISCIPLINA JÁ EXISTENTE NO DEPT BOTÂNICA
										Políticas Públicas II	DEP (CCJP)	2	5º	4		60	Políticas Públicas I	INCLUSÃO DE DISCIPLINA JÁ EXISTENTE NO DEP
										Probabilidade	DME	2	4º	4		60	Matemática Básica	INCLUSÃO DE DISCIPLINA JÁ EXISTENTE NO DME
										Representação Política	DEP (CCJP)	2	4º	4		60	Teoria do Estado Moderno	INCLUSÃO DE DISCIPLINA JÁ EXISTENTE NO DEP
										Sociedade e Meio Ambiente	FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS	2	6º	2		30	Não Existe	INCLUSÃO DE DISCIPLINA JÁ EXISTENTE
										Sociologia Política	DEP (CCJP)	2	4º	4		60	Sociologia Geral	INCLUSÃO DE DISCIPLINA JÁ EXISTENTE NO

TABELA DE EQUIVALÊNCIA DE DISCIPLINAS

Departamentos do CCJP:

Departamento de Estudos Fundamentais em Ciências Jurídicas, Políticas e de Administração (DFC)

Departamento de Estratégia e Gestão (DEG)

Departamento de Direito Positivo (DDP)

Departamento de Estudos Políticos (DEP)

Curso de Bacharelado em Administração Pública – CCJP/UNIRIO

SITUAÇÃO ATUAL: CURRÍCULO CORRENTE									SITUAÇÃO PROPOSTA: NOVO PPC									ALTERAÇÃO
Cód SIE	NOME DA DISCIPLINA	Dep.	Tipologia	Período	Créditos		CH	Pré-Requisitos	Cód SIE	NOME DA DISCIPLINA	Dep.	Tipologia	Período	Créditos		CH	Pré-Requisitos	
					T	P								T	P			
																		DEP
										Teoria do Estado Moderno	DEP (CCJ P)	2	4º	4		60	Introdução à Política	INCLUSÃO DE DISCIPLINA JÁ EXISTENTE NO DEP
										Tópicos Especiais em Administração Pública	DEG (CCJ P)	2	7º	4		60	Planej. Gestão Governamental	CRIAÇÃO DE NOVA DISCIPLINA NO DEG (CCJP)
										Tópicos Especiais em Gestão Pública	DEG (CCJ P)	2	5º	4		60	Finanças Públicas I	CRIAÇÃO DE NOVA DISCIPLINA NO DEG (CCJP)
										Metodologia da Pesquisa	DEG	1	6º	4		60	Ética na Gestão Pública	CRIAÇÃO DE NOVA DISCIPLINA NO DEG (CCJP)
										Projeto de Pesquisa	DEG	1	7º	2	2	90	Metodologia da Pesquisa	CRIAÇÃO DE NOVA DISCIPLINA NO DEG (CCJP)
JFJ0030	Trabalho de Concl. de Curso – TCC	DEG	1	8º	3		45	P.O/ Met.Trabalho Científico		Trabalho de Concl. de Curso – TCC	DEG	1	8º	6		90	Projeto de Pesquisa	ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA E PRÉ-REQUISITO

TABELA DE EQUIVALÊNCIA DE DISCIPLINAS

Departamentos do CCJP:

Departamento de Estudos Fundamentais em Ciências Jurídicas, Políticas e de Administração (DFC)

Departamento de Estratégia e Gestão (DEG)

Departamento de Direito Positivo (DDP)

Departamento de Estudos Políticos (DEP)

Curso de Bacharelado em Administração Pública – CCJP/UNIRIO

SITUAÇÃO ATUAL: CURRÍCULO CORRENTE									SITUAÇÃO PROPOSTA: NOVO PPC									ALTERAÇÃO	
Cód SIE	NOME DA DISCIPLINA	Dep.	Tipologia	Período	Créditos		CH	Pré-Requisitos	Cód SIE	NOME DA DISCIPLINA	Dep.	Tipologia	Período	Créditos		CH	Pré-Requisitos		
					T	P								T	P				
JET 0027	Estágio Profissional II		1	8º		3	90	Estágio Profissional I		SEM EQUIVALÊNCIA									NÃO CONSTA DO NOVO CURRÍCULO AS DISCIPLINAS ESTÁGIO PROFISSIONAL I E II FORAM SUBSTITUIDAS PELO COMPONENTE CURRICULAR ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO COM CH DE 300H

11. QUADRO DOS COMPONENTES CURRICULARES DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Departamentos do CCJP:

Departamento de Estudos Fundamentais em Ciências Jurídicas, Políticas e de Administração (DFC)

Departamento de Estratégia e Gestão (DEG)

Departamento de Direito Positivo (DDP)

Departamento de Estudos Políticos (DEP)

CÓDIGO SIE	COMPONENTE CURRICULAR	PERÍODO RECOMENDADO	CARGA HORÁRIA/ CRÉDITOS	EMENTÁRIO	PRÉ-REQUISITOS	TIPO
NOVA DISCIPLINA A SER CRIADA NO DFC (CCJP)	Introdução à Administração	1º	60hr/4cred.	O conceito de Administração. O homem e o fenômeno organizacional. Princípios administrativos. História da Administração como ciência. Trabalho: fatores técnicos e aspecto humano. Liderança. Áreas funcionais e ambiente organizacional: função produção/operações; função mercadológica; função financeira; função recursos humanos. Processo administrativo: planejamento; organização; direção/coordenação; controle. Papel social das organizações. O futuro da Administração.	Inexiste	1
JFJ0008 DFC (CCJP)	Introdução a Política	1º	60hr/4cred.	Conceito e evolução histórica do pensamento político. Teoria política clássica. A divisão dos poderes. Montesquieu. O contrato social Rousseau. As modernas correntes políticas. Conceitos fundamentais. Relação Ética e Política. Ética Convencional e Ética e Política. Formas de Governo e de Sistemas de Governo. Classificação. Regimes Políticos. Democracia. Representação Política. Partidos Políticos e Sistema Partidário. Tipos de Denominação Política.	Inexiste	1
	Sociologia Geral	1º	60hr/4cred.	Analisa as grandes correntes do pensamento social que tornaram possível o surgimento da sociologia como ciência; debate das polemicas que constituem o campo de reflexão	Inexiste	1

HFC0051				desta disciplina (objeto e método); visão geral e crítica das grandes correntes sociológicas e de seus respectivos conceitos. O contexto histórico do surgimento da sociologia (revolução francesa e revolução industrial). O contexto intelectual que influenciou o surgimento da sociologia (grandes correntes do pensamento social dos séc. XVIII e XIX).		
JFJ0002 DFC (CCJP)	Introdução ao Direito I	1º	60hr/4cred.	Analisa os fundamentos das instituições políticas e jurídicas. As acepções da palavra Direito e a complexidade do fenômeno Jurídico. Escolas do Pensamento Jurídico. Direito e as Concepções eminentemente valorativas. Construções Dogmáticas do Direito. Fundamentos do direito, com ênfase o direito público. Correntes do pensamento jurídico. Direito e ideologia. Direito e ciência. Direito e ciências sociais. Fontes do Direito. Relação e ramos do direito. Direito e norma. Direito e justiça. Direito objetivo e Direito subjetivo. Atos e negócios jurídicos. Certeza e segurança jurídica.	Inexiste	1
JFJ0003 DFC (CCJP)	Economia Política I	1º	60hr/4cred.	Proporcionar ao aluno uma visão global da Ciência Econômica, fornecendo os meios necessários para iniciar a compreensão da estrutura de produção, distribuição e consumo na sociedade capitalista. Identificar os conceitos fundamentais da teoria econômica e a história do pensamento econômico, indispensáveis à compreensão dos fatos econômicos, suas causas e consequências, enfocando, sempre que possível, a realidade brasileira. Para dar ênfase ao caso brasileiro, os últimos tópicos do programa priorizam a trajetória recente da economia brasileira.	Inexiste	1
TME0025	Matemática Básica I	1º	60hr/2 cred. teórico e 1 cred. prático	Visa desenvolver no aluno a habilidade de quantificar e modelar problemas ligados ao cotidiano da Administração. Especificamente, esse desenvolvimento será feito por intermédio do estudo de Cálculo Diferencial de funções com uma única variável. Também ensina as técnicas quantitativas, em especial o cálculo diferencial e integral de funções de uma única variável independente. Além disso, a disciplina procura familiarizar o aluno com conceitos e terminologias amplamente utilizados no cotidiano do administrador: receita, custo, lucro, demanda, oferta, maximização, minimização. Ensina a resolver e a modelar equações diferenciais. Função: funções elementares e suas aplicações; limites de funções; taxa de variação; derivada e técnicas de derivação; função compostas e regra da cadeia; aplicações da derivada; primitivas e técnicas de integração; integral definida e aplicações; matrizes; operações com matrizes; determinante; sistemas de equações lineares;	Inexiste	1

				escalonamento de um sistema; matriz inversa; aplicações da matriz inversa; aplicações das matrizes.		
JDP0003 DFC (CCJP)	Direito Constitucional II	2º	60hr/4cred.	Estrutura e organização do Estado Brasileiro. Direito constitucional estadual. Municípios: lei orgânica. Organização dos poderes. Legislativo, Executivo e Judiciário: atribuições e competências. Defesa do estado e das instituições democráticas. A ordem econômica e financeira. Ordem social.	Introdução ao Direito	1
JET0021 DEG (CCJP)	Gestão Estratégica	2º	60hr/4cred.	O ambiente organizacional está se tornando mais complexo, exigindo por parte dos gestores e das organizações a necessidade constante de análise das diversas variáveis que afetam o planejamento organizacional e adequação deste às pressões externas e internas. Analisa o ambiente sócio-organizacional, o papel predominante das organizações nas sociedades modernas e os fatores que influenciam a vida organizacional, a partir de diferentes perspectivas teóricas, avaliando os limites e vantagens de cada abordagem e analisar modelos e práticas organizacionais. Analisa a disciplina: a) o entendimento sobre os processos de diversificação e de internacionalização das empresas e dos determinantes do sucesso do planejamento; b) a identificação de oportunidades e riscos de estratégias de diversificação e de internacionalização; c) a avaliação das estratégias de diversificação e de internacionalização de uma empresa. Plano de Negócios: razões e estrutura. Concepção e planejamento do Negócio. Análise de mercado. Estratégias competitivas. O processo de gestão e sua importância para as organizações. A Evolução do Pensamento Estratégico. O Planejamento Estratégico e sua Metodologia Clássica. A Importância da Visão, Missão e dos Valores. Modelos de Análise Estratégica: Modelos Quantitativos e Modelos Qualitativos. Gestão Estratégica e o Processo Decisório.	Introdução à Administração	1
NOVA DISCIPLINA A SER CRIADA NO DEG (CCJP)	Teoria Geral da Administração	2º	60hr/4cred.	Os primórdios da administração. Abordagem clássica da administração. Abordagem humanista da administração. Abordagem estruturalista da administração. O tamanho e a complexidade organizacional. Processos Organizacionais. Temas emergentes da teoria das organizações.	Introdução à Administração	1
NOVA DISCIPLINA A SER CRIADA NO DEG (CCJP)	Contabilidade Geral	2º	60hr/4cred.	Breve histórico da contabilidade, Finalidade da ciência contábil, Usuários e Funções, Princípios Fundamentais de Contabilidade, Patrimônio das Empresas, Contas contábeis - nomenclatura e tipos, Balancete de Verificação, Encerramento das contas de resultado, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração de Fluxo de Caixa,	Inexiste	1

				Balanco Patrimonial Análise de Balanço, Estoques – critérios de avaliação e tipos de inventários, Regime de Caixa e Competência e Tributação – visão das espécies de tributos e apuração.		
TME0018	Estatística Aplicada as Ciências Sociais	2º	45hr/3cred.	Analisa conceitos de estatística descritiva, distribuições de probabilidade e inferência estatística para desenvolver o raciocínio estatístico do aluno para tomada de decisão. Conceitos básicos – distribuição de frequências e suas características – introdução a probabilidade – ajustamento de funções reais. Correlação e regressão linear – noções de amostragem e testes de hipótese. Estatística: Representação tabular e gráfica. Distribuições de Frequências. Elementos de Probabilidade. Distribuições Discretas de Probabilidades. Distribuições Contínuas de Probabilidades. Noções de Amostragem. Estimativa de Parâmetros. Teoria das Pequenas Amostras. Testes de Hipóteses. Análise da Variância. Ajustamento de Curvas. Regressão e Correlação. Séries Temporais. Controle Estatístico de Qualidade.	Matemática Básica	1
TME6033	Matemática Financeira	2º	60hr/4cred.	Estuda as diversas formas de se fazer financiamentos e analisar investimentos como funções do valor do dinheiro no tempo. Ensinar o aluno a utilizar calculadora financeira e funções financeiras do Excel. Regimes de capitalização dos juros. Operações de desconto e reciprocidade bancária. Renegociação de dividas. A correção monetária. Operações financeiras ativas e passivas. Apropriações de receitas e despesas financeiras pela contabilidade. Calculo atuarial.	Matemática Básica	1
JET0009 DEG (CCJP)	Marketing Estratégico	3º	60hr/4cred.	Introduz os conceitos básicos de Marketing, de modo a garantir que os alunos adquiram o linguajar e se familiarizem com a terminologia da área. O ambiente dos negócios em mutação. Conceito do Marketing. A análise do mix de Marketing: produto, preço, promoção e distribuição. Pesquisa em Marketing. Conquista e Manutenção do Cliente. O Comportamento do Consumidor e das organizações. Marketing de Relacionamento. Segmentação e Posicionamento Estratégico. Comunicação com o Mercado: logística de atendimento e entrega. Administração de vendas. E-commerce. Controle Estratégico de Marketing. Consultoria promocional; coordenação de promoções; estudos de mercado; marketing; pesquisa de mercado; pesquisa de desenvolvimento de produto; planejamento de vendas e promoções.	Gestão Estratégica	1
NOVA DISCIPLINA A SER CRIADA	Gestão de Recursos Humanos	3º	60hr/4cred.	Comportamento Organizacional. Motivação. Grupos e Equipes. Comunicação. Liderança. Poder e Política. Conflito e Negociação. Cultura Organizacional. Mudança	Teoria Geral da Administração	1

NO DEG (CCJP)				Organizacional. Gestão do Estresse.		
NOVA DISCIPLINA A SER CRIADA NO DEG (CCJP)	Gestão de Sistemas de Informação	3º	60hr/4cred.	Evolução da TI e do ambiente de negócios; Impactos sociais da tecnologia da informação; Papel estratégico dos sistemas de informação; fatores que influenciam a adoção de sistemas de informação; Ciclo de desenvolvimento de sistemas de informação.	Teoria Geral da Administração	1
NOVA DISCIPLINA A SER CRIADA NO DEG (CCJP)	Gestão Financeira	3º	60hr/4cred.	Fundamentos de Finanças Empresariais, Conceitos Contábeis, Capital de Giro, Gestão e Análise de Custos, Análise de Projetos e Investimentos, Fontes de Financiamento – Origem de Recursos, Estrutura de Capital, Mercado Financeiro, Mercado de Capitais, Análise e Gestão de Títulos de Renda Variável, Análise e Gestão de Títulos de Renda Fixa, Mercados Futuros e Derivativos, Negociação e Garantias nas Bolsas Brasileiras.	Matemática Financeira	1
DEP (CCJP)	Administração Pública	3º	60hr/4cred.	Tipos de administração pública: administração hierarquizada, centralizada e profissional. Administração descentralizada, residual e desprofissionalizada. Burocracia e administração pública. Impessoalidade da função pública.	Direito Constitucional	1
JDP0001 DDP (CCJP)	Direito Administrativo I	3º	60hr/4cred.	Estudo dos princípios e das normas que informam e regem a atividade administrativa do Estado, correspondente à sua função de realizar concreta, direta e imediatamente, os fins colimados pela ordem político-jurídica. O sistema administrativo brasileiro. A administração pública e seus princípios e poderes. Os atos administrativos. A administração pública brasileira: sua descentralização política, territorial ou no plano horizontal, sua descentralização no plano vertical ou funcional (administração direta e indireta). A colaboração ou a cooperação de particulares na prossecução de fins públicos. Serviços públicos: a responsabilidade do estado pela sua prestação de modo direto ou indireto. Administração direta e indireta com a sua respectiva localização no cronograma da estrutura administrativa. Os agentes administrativos (servidores ou funcionários do estado): seu regime jurídico.	Direito Constitucional	1
NOVA DISCIPLINA A SER CRIADA NO DEG (CCJP)	Gestão do Trabalho no Setor Público	4º	60hr/4cred.	Conceitos básicos sobre o trabalho; Organização do trabalho e do trabalhador: história, dilemas e disputas no mundo do trabalho; Impactos dos diversos modos de organização do trabalho na vida e saúde do trabalhador. Desafios da Gestão do Trabalho na Área Pública. Gestão Estratégica e Planejamento de Pessoas. Análise de Cargos. Gestão por Competências. Recrutamento. Seleção. Socialização Desligamento. Capacitação. Avaliação e gestão do desempenho. Recompensas. Noções da legislação de	Gestão de Rec Humanos	1

				peças na área pública.		
JET0008 DEG (CCJP)	Finanças Públicas I	4º	60hr/4cred.	Atividade financeira do Estado. Financiamento do Estado: tributação e dívida pública Estrutura tributária e federalismo fiscal. Evolução das finanças públicas. Orçamento público: processo orçamentário e planejamento. Atores no processo de elaboração orçamentária. Lei do Orçamento público. Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual. Desafios atuais para a gestão das finanças pública. Lei de Responsabilidade Fiscal. Articulação do planejamento, orçamento e gestão. A experiência do orçamento participativo: avanços e limites Experiências internacionais em direção à transparência e governança – análise de casos. Política orçamentária. Estudo da evolução das técnicas orçamentárias e aprendizagem das classificações utilizadas na elaboração dos orçamentos públicos brasileiros. Descrição da estrutura do sistema de planejamento federal e análise dos documentos básicos do sistema de planejamento e orçamento no Brasil. Classificação orçamentária: classificação funcional-programática; classificação econômica e por objeto de gasto.	Teoria Geral da Administração	1
DEP (CCJP)	Políticas Públicas I	4º	60hr/4cred.	Definição de política pública. Enfoques e teorias. O modelo racional. Análise das políticas públicas. As fases do processo das políticas públicas. Aparição dos problemas públicos. Formulação das alternativas. Tomada de decisões e implementação.	Administração Pública	1
NOVA DISCIPLINA A SER CRIADA NO DEG (CCJP)	Estratégias de Inovação	4º	60hr/4cred.	Conceitos básicos e perspectivas da Ciência, Tecnologia e Inovação. Políticas Públicas, P&D e indústria. O hiato tecnológico e os Sistemas Nacionais de Inovação. Terceira Revolução Industrial, comunicação e conhecimento. Estado, capital, Modelos e Mecanismos de Financiamento à Ciência, Tecnologia e Inovação. Estratégias para o desenvolvimento de capacidades e aprendizagem tecnológicas. Inovação Organizacional. Tecnologias para o Desenvolvimento Social.	Gestão Estratégica	1
NOVA DISCIPLINA A SER CRIADA NO DEG (CCJP)	Gestão da Produção	4º	60hr/4cred.	Projeto do Sistema de Produção: Planejamento de capacidade; Localização de Instalação; Projeto do Produto e do Processo; Arranjo Físico de Instalações; e Projeto e Medida do Trabalho. Operação do Sistema de Produção: Previsão de Demanda; Planejamento Agregado; Programação e Controle da Produção; e Administração de Projetos. Controle do Sistema de Produção: Lote Econômico; Controle de Estoques de Demanda Independente; Filosofia Just in Time; Sistema MRP; e Medida de Produtividade.	Gestão Estratégica	1

JET0012 DEG (CCJP)	Finanças Públicas II	5º	60hr/4cred.	Analisa a execução orçamentária e os custos e os resultados das Instituições Públicas. Evolução das técnicas orçamentárias. A contabilidade pública. Utilização das Demonstrações Financeiras. Avaliações de Ações e Títulos Públicos. Administração e execução das Políticas Públicas. Ordenação e execução financeira. Ordenação de despesas. Empenho. Pagamento. Restos a Pagar. Certeza e liquidez da dívida ativa regularmente inscrita. Adiantamentos. Prestação e tomada de contas. Gastos da União. Déficit Público. Lei de responsabilidade fiscal. Analisa também o Sistema Tributário Nacional. Princípios Constitucionais sobre Tributação. Planejamento tributário e financiamento do Estado. Política Fiscal.	Finanças Públicas I	1
NOVA DISCIPLINA A SER CRIADA NO DEG (CCJP)	Ética na Gestão Pública	5º	60hr/4cred.	Estuda o código de ética profissional do servidor público federal, tais como as regras deontológicas, os principais deveres do servidor público, as vedações e a comissão de ética e disciplina. Analisa as relações profissionais que se operam entre o agente público e os particulares que atuam na Administração Pública. Ética geral: o fenômeno moral e a filosofia ética. Consciência ética. Ética da alteridade. Ética especial: aspectos éticos referentes à vida. Ética profissional. Processo disciplinar. A obrigação de prestar contas do agente público (accountability).	Administração Pública	1
JET0002 DEG (CCJP)	Contabilidade Pública	5º	60hr/4cred.	Estuda os princípios de contabilidade e controladoria públicas. Contabilidade gerencial no setor público: custos, medidas de desempenho, como parte dos esforços de mensuração e avaliação de desempenho em organizações públicas e do aumento da transparência e accountability. Análise de experiências concretas já implantadas no Brasil (Marinha, INMETRO) e a experiência internacional. Patrimônio público e erário: estrutura e variação. Registros contábeis. Despesas e receitas. Balanço patrimonial.	Contabilidade Geral	1
DEP (CCJP)	Política Comparada	5º	60hr/4cred.	Metodologia do comparatismo político. Instituições políticas contemporâneas: análise comparativa. Modelos de democracia: o Westminster e o consensual. Diferenças entre congressos e parlamentos.	Administração Pública	1
NOVA DISCIPLINA A SER CRIADA NO DEG (CCJP)	Metodologia da Pesquisa	6º	60hr/4cred.	Métodos Qualitativos. Método científico. Compreensão e explicação da realidade. Etapas da pesquisa. Técnicas de seleção e amostragem. Técnicas de observação. Técnicas de descrição; técnicas qualitativas e quantitativas; escalas de atitude e de opinião; análise de conteúdo. Técnicas de análise: elaboração de hipóteses; mensuração de variáveis; operacionalização de conceitos; análise e explicação de fenômenos e sua generalização empírica. Redação e	Ética na Gestão Pública	1

				apresentação de relatório de pesquisa.		
NOVA DISCIPLINA A SER CRIADA NO DEG (CCJP)	Logística e Gestão de Materiais	6º	60hr/4cred.	Canais de Distribuição / Estratégia de Distribuição e Desenho de Canais / Gestão do Relacionamento com os Membros do Canal / Produtos e serviços, preços, localização, promoção/ Logística Estratégica / Nível de Serviços Logístico x Custo Logístico Total / Ferramentas Logísticas: Distribuição Física, Estoque, Armazenagem, Processamento de Pedidos e Embalagem / Logística Reversa. Gestão de Materiais. Transporte.	Gestão da Produção	1
JET0003 DEG (CCJP)	Planejamento e Gestão Governamental	6º	60hr/4cred.	Apresenta as principais correntes de pensamento sobre o planejamento governamental e estudar a experiência brasileira recente acerca da utilização destas ferramentas e suas consequências para a trajetória de desenvolvimento econômico e social do país. Conceitos fundamentais de estratégia e de planejamento aplicados às organizações públicas. Sistema de gestão pública: estrutura e atribuições. Os sistemas complexos, os jogos políticos e sociais e os problemas governamentais: planejamento, momento normativo, programa direcional, elaboração da estratégia, viabilização e momento tático operacional. Desenvolvimento Público e Privado. Parcerias Público-Privadas. Atuação, regulação e desregulação da atividade econômica e dos serviços públicos. Planejamento plurianual de investimento. Capacidade de investimento público.	Políticas Públicas I	1
NOVA DISCIPLINA A SER CRIADA NO DEG (CCJP)	Controle Governamental	6º	60hr/4cred.	Introdução a Controladoria. O Sistema de Informação Contábil. Os Sistemas Integrados de Gestão (ERP). O sistema de controles internos. Análise de custos. Análise financeira. Conceito e Campo de Atuação da Auditoria. Forma de Realização da Auditoria Interna. Forma de Realização da Auditoria Externa. Objetivo dos Trabalhos de Auditoria. Normas de Auditoria no Brasil. Fraude e Erro. Processo de Auditoria.	Contabilidade Pública	1
NOVA DISCIPLINA A SER CRIADA NO DEG (CCJP)	Projeto de Pesquisa	7º	90hr/2cred. teóricos (30) e 2 práticos (60)	Desenvolvimento do projeto de pesquisa, sob supervisão do professor orientador. Modalidades de pesquisa. Aprofundamento de estudos de revisão da literatura sobre o tema de pesquisa. Metodologia de pesquisa. Estrutura da monografia. Elaboração de instrumentos de pesquisa. Pré-testes de instrumentos de pesquisa. Execução da pesquisa. Software para pesquisa. Levantamento de dados. Descrição e análise de dados. Elaboração dos resultados da pesquisa. Normas da ABNT para estruturação da monografia. Preparação para apresentação do artigo científico.	Metodologia da Pesquisa	1
NOVA DISCIPLINA A	Métodos Quantitativos	7º	60hr/4cred.	Apresenta as ferramentas e modelos matemáticos utilizados para apoiar a solução, em nível gerencial, de problemas	Estatística	1

SER CRIADA NO DEG (CCJP)				práticos em administração, sem entrar na complexidade de deduções de fórmulas. Regressão linear simples e múltipla. Séries temporais. Análise discriminante. Programação linear. Simulação. Programação não linear. Modelos para solução de problemas de filas.		
NOVA DISCIPLINA A SER CRIADA NO DEG (CCJP)	Regulação de Serviços Públicos	7º	60hr/4cred.	Conceitos relevantes. Experiência da Regulação no Brasil. Agências Reguladoras no Direito Brasileiro. Agências Reguladoras no Direito Comparado. Regulação da infraestrutura e de serviços. Defesa da Concorrência e Direito do Consumidor. Competências das agências reguladoras. Estudos de casos.	Direito Administrativo	1
NOVA DISCIPLINA A SER CRIADA NO DEG (CCJP)	Gestão da Qualidade e Controle de Processos	8º	60hr/4cred.	A evolução do conceito e da prática da gestão da qualidade. Modelos de gestão da qualidade. Sistema de gestão da qualidade ISO 9001. Ferramentas para o controle e melhoria da qualidade. Desdobramento da função qualidade (QFD). Seis sigma e Técnicas Aplicadas ao Seis Sigma. Diagnóstico e Análise de Oportunidade de Melhoria aplicação do método DMAIC. Sistemas de medição de desempenho. Benchmarking. Qualidade em serviços. Controle estatístico de processos	Gestão Produção/ Estatística	1
SCA0004	Gestão Ambiental	8º	60hr/4cred.	A disciplina trata dos aspectos ambientais envolvidos nas empresas do setor. A partir das exigências legais de licenciamento ambiental, são apresentados temas específicos como Gestão Ambiental Pública e Empresarial, Sistema de Gestão Ambiental e as Certificações Ambientais. A gestão da responsabilidade corporativa enfatiza a estratégia de negócios sustentáveis, cujo pressuposto é a transformação de desafios em oportunidades, a partir da criação de valor sustentável. Investimentos socialmente responsáveis, índices e diretrizes para relatórios de sustentabilidade.	Inexiste	1
NOVA DISCIPLINA A SER CRIADA NO DEG (CCJP)	Tomada de decisão	8º	60hr/4cred.	Processo Decisório. Árvore de Decisão. Decisão sob Incerteza. Teoria da Probabilidade. Probabilidade Condicional. Valor Esperado. Informação Perfeita. Informação Imperfeita. Valor da Informação. Teoria da Utilidade.	Estatística	1
DEP (CCJP)	Ação Social e Decisão Política	2	60hr/4cred.	Cultura política e socialização. Modelos da ação coletiva. Níveis da ação coletiva: grupo, organização, comunidade e sociedade. Os grupos de interesses. Participação e comportamento político. A natureza da decisão política. Modelos de decisão política. Decisão vinculada e discricionária	Sociologia Geral	2
	Administração de Serviços	7	60hr/4cred.	Analisa a organização e oferta dos serviços públicos, delegados e privados. Capacita o aluno a compreender a	Logística e Gestão de Materiais	2

JET0019 DEG (CCJP)				percepção de valor para clientes/consumidores, e tomar decisões operacionais no processo de prestação de serviços com enfoque na qualidade e eficiência. Produtividade e Qualidade em Serviços. Administração de Relacionamentos e Reclamações. Recuperação de Serviços. Planejamento e principais etapas do processo de serviços. A Estrutura Organizacional das organizações, treinamento. Compensação e Motivação		
JET0025 DEG (CCJP)	Administração do Sistema Judiciário	8	60hr/4cred.	Analisa o projeto de Gestão implantado pela FGV no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ/RJ) utilizando técnicas de administração de empresas em órgãos do Poder Judiciário. Organização Judiciária e Administração da Justiça. (Sistema Penitenciário, Delegacias de Política, Ministério Público, Defensoria Pública) Reengenharia institucional de cargos e funções do Poder Judiciário. Estrutura de funcionamento. Das funções de planejamento, supervisão e delegação de função. Da função correccional. Dos Magistrados e servidores da Justiça. Dos serviços judicial e extrajudicial. Da efetividade do serviço judicial.	Plan. Gestão Governamental	2
SSC 0001 MEDICINA	Ambiente e saúde	8	60hr/4cred.	Estuda a saúde e o processo saúde-doença das populações e dos indivíduos, à luz de seus aspectos ambientais, sua estreita ligação com o meio ambiente em âmbito local, regional e geral, situando-os nos contextos político, econômico, social e biológico.	Gestão Ambiental	2
DEP (CCJP)	Antropologia	4	60hr/4cred.	A antropologia frente à diversidade cultural. Conceitos de cultura e de identidade cultural. Cultura e saber local. A questão do relativismo cultural e seu enfrentamento no terreno da antropologia contemporânea. Processos de socialização sob a perspectiva antropológica.	Não Existe	2
NOVA DISCIPLINA A SER CRIADA NO DEG (CCJP)	Avaliação de Políticas Públicas	5	60hr/4cred.	Políticas públicas - concepção, princípios, campo, estruturas elementares e ciclo de vida. Avaliação da política. Tipos de avaliação. Crítica da avaliação clássica Avaliação por objetivos. Avaliação da sustentabilidade dos projetos. Monitoramento: finalidades, sistemas, atores. Informes de término e de avaliação de projetos.	Políticas Públicas I	2
DEP (CCJP)	Antropologia Política	7	60hr/4cred.	Política, sociedade e identidade cultural. Atitudes, orientações e objetos políticos. A dimensão coletiva das orientações políticas. Socialização política: processos e atores. Cultura política e democracia.	Antropologia	2
ENG. PROD.	Cálculo Diferencial e Integral I	4	60hr/4cred.	Funções de uma Variável Real. Números reais. Funções. Funções exponencial, logarítmica, trigonométricas diretas e inversas. Limites e continuidade. Funções contínuas em	Matemática Básica	2

				intervalos fechados. Derivadas. Regra da cadeia. O Teorema do Valor Médio. Fórmula de Taylor. Aplicações das derivadas. Máximos e mínimos. Gráficos. Integrais indefinidas. Equações diferenciais ordinárias de 1ª e 2ª ordem. Integral definida. O Teorema Fundamental do Cálculo e suas aplicações.		
DEP (CCJP)	Cidadania e Política no Brasil	4	60hr/4cred.	Noção de cidadania. Elementos constitutivos da cidadania: o civil, o político e o social. A cidadania integral. Percursos da cidadania no Brasil: o movimento pendular da cidadania. Participação social e cidadania. Cidadania e acesso à justiça. Cidadania e inclusão social.	Administração Pública	2
JFJ0006 DFC (CCJP)	Comunicação e Redação	4	30hr/2cred.	Estuda os conceitos fundamentais de lógica, semiótica (a ciência da interpretação de signos e símbolos) e da retórica (a ciência da persuasão) com vistas ao desenvolvimento e à prática da competência argumentativa e das habilidades de comunicação gerencial. A comunicação como ferramenta estratégica que contribui para a remoção de barreiras e ruídos, propiciando visibilidade às ações, produtos, serviços e projetos das organizações. Competência argumentativa e as habilidades de comunicação para o desenvolvimento eficaz dos diferentes tipos de comunicação numa entidade pública ou privada. Variação Lingüística. Noções de texto, contexto e intertexto. Coerência redacional na produção do texto.	Não Existe	2
HDI0164	Culturas Afro Brasileiras	6	30hr/2cred.	Diversidade Étnico-Racial na Escola de Ensino Fundamental. Diáspora Negra. Civilizações africanas. Africanos no Brasil: origem e contribuições. Movimento negro. Quilombos: história, organização e cultura. Lei 10639/2003: texto e contexto. Africanidade e Religiosidade. Culturas Afro-brasileiras Contemporâneas. Dimensões do Ensino da Cultura Afro-Brasileira.	Não Existe	2
NOVA DISCIPLINA A SER CRIADA NO DEG (CCJP)	Desenvolvimento e Sustentabilidade	8	60hr/4cred.	Modelos de desenvolvimento econômico. A evolução da consciência ambiental. Novos padrões ambientais. Economia ambiental. Valoração ambiental e instrumentos econômicos para a gestão ambiental. Tomada de decisão ambiental na perspectiva pública. Sistema de gestão ambiental. O desenvolvimento sustentável: concepções e conceitos. Ciclo de vida de produtos. Gestão de Resíduos. Sustentabilidade e setor produtivo.	Gestão Ambiental	2
	Direito Administrativo II	4	60hr/4cred.	Domínio público: bens públicos, sua classificação e utilização. Domínio eminente do estado: a intervenção na propriedade individual e no domínio econômico. Meios	Direito Administrativo I	2

JDP0004 DDP (CCJP)				específicos de intervenção estatal nesses casos. Limitações administrativas e institutos afins. Serviços públicos: a responsabilidade do estado pela sua prestação de modo direto ou indireto. Administração pública. Estrutura e principais atribuições da administração pública federal. Administração direta e indireta com a sua respectiva localização no cronograma da estrutura administrativa. Os agentes administrativos (servidores ou funcionários do estado): seu regime jurídico. A responsabilidade civil do estado. Os controles internos e externos, especialmente o judicial dos atos da administração pública. O meio ambiente. Responsabilidade da administração pública. Sistema único de saúde, sua prestação pelas diferentes esferas administrativas. Desestatização. Intervenção do estado no domínio econômico.		
DDP (CCJP)	Direito Ambiental	4	60hr/4cred.	Ementa: Teoria geral do Direito Ambiental: O Direito Ambiental. A ordem constitucional do meio ambiente. Política e Sistema Nacional do Meio Ambiente. Política energética e meio Ambiente. Responsabilidade Ambiental. Meio Ambiente urbano. Proteção jurídica da Diversidade Biológica, Produtos Tóxicos. Recursos Hídricos. Energia nuclear e meio ambiente.	Direito Administrativo	2
HDP0021 DDP (CCJP)	Direito do Trabalho I	4	60hr/4cred.	Formação histórica, fatores que a influenciaram. Aspectos doutrinários essenciais. Fundamentos. Conceito. Natureza jurídica. Fontes. Trabalho subordinado e autônomo. Contrato de trabalho. Formação: modalidades. Execução. Alteração. Extinção. Aviso prévio. Sistemas indenizatórios. Estabilidade. Normas gerais e normas especiais da tutela do trabalho. Remuneração e salário. Jornada de trabalho. Férias. Higiene e segurança do trabalho.	Direito Administrativo	2
HDP0132 DDP (CCJP)	Direito Internacional Público	6	60hr/4cred.	Sociedade internacional. Noções gerais. Direito internacional e direito interno. Fundamento. Evolução histórica. Fontes. Tratados. Costumes. Atos unilaterais. Outras fontes. Codificação. Pessoas internacionais. Estados: classificação. Reconhecimento. Sucessão. Direitos e deveres. Restrições aos direitos. Intervenção. Responsabilidade. Coletividades não estatais. Organizações internacionais. Teoria geral da ONU. Organizações especializadas e regionais. Funcionários internacionais. Indivíduo: o homem pessoa internacional. Direito se proteção da pessoa humana. Nacionalidade, extradição, condição jurídica do estrangeiro. Asilo.	Direito Administrativo	2

				Território: domínio terrestre. Formação histórica do território brasileiro. Modos de aquisição de território. Regiões polares. Águas internacionais. Mar territorial. Plataforma continental. Zona contígua. Alto-mar. Pescarias e conservação dos recursos biológicos do alto-mar. Navios. Rios. Espaço aéreo e exterior. Órgãos do estado. Chefe de estado. Ministro das relações exteriores. Agentes diplomáticos. Cônsules. Modos de solução dos litígios internacionais. Sanções. Modos diplomáticos e políticos. Arbitragem. 57 Solução judiciária. Guerra e neutralidade. Direito a guerra e direito de guerra. Renúncia à guerra. Crimes de guerra. Guerras terrestre, marítima e aérea. Guerra química e nuclear. Guerra civil, neutralidade: terrestre, marítima e aérea. Fim de guerra.		
HDP0137 DDP (CCJP)	Direito Penal I	6	60hr/4cred.	Introdução. Noções fundamentais. História do direito penal. Fontes do direito penal. A lei penal no tempo. A lei penal no espaço. Teoria geral do delito, nexos causal; Processo executivo do direito; Sujeito e objeto de delito; Classificação dos delitos. Concurso de agentes. Concurso de crimes.	Direito Administrativo	2
HDP0015 DDP (CCJP)	Direito Tributário I	6	60hr/4cred.	Poder tributário e competência tributária. Sistema tributário nacional da Constituição e no CTN. Tributo: espécies e classificação. Obrigação tributária. Crédito tributário. Lançamentos. Revisão, prescrição e decadência. Processo fiscal.	Direito Administrativo	2
JDP0007 DDP (CCJP)	Direito Tributário II	7	60hr/4cred.	Conceitos fundamentais do direito tributário. Revisão e impostos federais, estaduais e municipais. Taxas e contribuição de melhoria. Principais impostos. Sistemática e operacionalidade.	Direito Tributário I	2
SER0012 ECOLOGIA E RECURSOS MARINHOS	Educação Ambiental e Cidadania	4	60hr/4cred.	Estudo de questões educacionais relativas ao meio ambiente, considerando a inter-relação homem-natureza, especificamente no que se refere ao ambiente de vida das pessoas, dentro de uma abordagem inter e multidisciplinar dos aspectos: político, ético, econômico, social, ecológico, evolutivo, histórico, cultural, etc.	Não Existe	2
ENG. PROD.	Engenharia Econômica e Financeira	4	60hr/4cred.	Conceitos de Engenharia Econômica. Matemática Financeira. Análise de Recursos. Planejamento Financeiro. Depreciação. Análise de Giro. Custo de Capital. Ações. Política de Dividendos. Financiamento de Longo Prazo. Informática aplicada à Análise de Investimentos.	Análise de Investimentos. Matemática Financeira. Análise de Balanços de Índices. Alavancagem. Capital de	
JEP0003 DEP (CCJP)	Formação do Estado Brasileiro	4	60hr/4cred.	O pensamento ilustrado do Império luso-brasileiro. A crise do antigo sistema colonial. Os projetos de Brasil: o projeto liberal e o projeto conservador. A construção do Estado nacional: Constituição de 1824 e o Ato Adicional. O regresso e a instauração do modelo	Introdução à Política	2

				político saquarema		
DEP (CCJP)	Formas e Sistemas de Governo	4	60hr/4cred.	Classificação das formas de governo e dos sistemas de governo. O parlamentarismo: origem, estrutura e composição. Função dos parlamentos. O presidencialismo: origem e modalidades. Relação entre executivo e legislativo no sistema presidencial	Representação Política	2
JFJ0004 DEP (CCJP)	Economia Política II	4	60hr/4cred.	Política monetária, fiscal e comercial. Balanço de pagamentos. Relações econômicas internacionais. O setor público e o desenvolvimento econômico. A internacionalização dos mercados. Blocos econômicos. As crises do capitalismo sob o prisma da macroeconomia	Economia Política	2
ENG. PRODUÇÃO	Gestão de Processos de Negócios	5	60hr/4cred.	Introdução: Histórico, Conceitos, Visão por processos. Planejamento Estratégico: Conceitos, Fundamentos e Metas. Modelagem de Processos (Modelos, Metodologias e Ferramentas). Análise e melhoria de processos: Simulação, Modelos de Referência, Controle estatístico de processos. Aplicações: Análise de impacto de tecnologias de informação, Arquitetura de Informação, Sistemas de Workflow, Gestão de competências, Indicadores, Certificação e Auditoria.	Teoria Geral da Administração	2
ENG. PRODUÇÃO	Gerência de Projetos	5	60hr/4cred.	Conceitos fundamentais de projeto. A evolução do gerenciamento de projetos. Gerente de Projetos. Escritórios de Projetos. Áreas de conhecimento e processos do gerenciamento de projetos: Análise de Viabilidade de Projetos, Gerenciamento da Qualidade em Projetos, Gerenciamento de Aquisições em Projetos, Gerenciamento de Comunicação em Projetos, Gerenciamento de Custos em Projetos, Gerenciamento de Escopo em Projetos, Gerenciamento de Pessoas em Projetos, Gerenciamento de Riscos em Projetos, Gerenciamento de Tempo em Projetos, Negociação e Administração de Conflitos. Ciclo de vida do projeto e do produto. Captação de recursos. Plano de venda. Plano de mídia. Estudo de caso de projeto na Cultura e Entretenimento.	Matemática Financeira	2
ENG. DE PRODUÇÃO	Gestão de Custos	4	45hr/3cred.	Conceito e evolução histórica do custo. Tipo e classificação dos custos. Introdução aos sistemas de custeio. Sistemas de custos. Estratégia empresarial e sistemas de custos. Evolução histórica dos sistemas de custeio. Custeio convencional. Custeio baseado em atividades. Modelos: ABC (activity based costing)/ ABM (activity based management)/ ABB (activity based budgeting /ABP	Gestão Estratégica	2

				(activity based predictive costing)/ ABS (activity based scorecarding). Gestão de capacidade (modelo CAM-I). Target costing (custeio alvo). Teoria das restrições (TOC-theory of constraints). Estudos de casos em projetos de produção cultural.		
NOVA DISCIPLINA A SER CRIADA NO DEG (CCJP)	Gestão Municipal	5	60hr/4cred.	Introdução ao Planejamento Municipal. Histórico do planejamento no Brasil. O quadro urbano atual. Instrumentos para planejar os municípios. Planejamento participativo. Plano Diretor. Responsabilidade do Poder Público.. Implementação do Plano Diretor. Gestão integrada e participativa do Plano Diretor.	Políticas Públicas I	2
NOVA DISCIPLINA A SER CRIADA NO DEG (CCJP)	Gestão de Políticas Públicas	5	60hr/4cred.	Formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. Novas formas de governança: solidariedade, responsabilidade, comunidade, capital social. Descentralização administrativa.	Políticas Públicas I	2
HID0049 DEPARTAMENT O DE PROCESSOS TÉCNICO- DOCUMENTAIS	Fundamentos de Inglês Instrumental	4	60hr/4cred.	Desenvolvimento de habilidades linguísticas e outros recursos necessários para interação, com textos escritos em língua inglesa: identificação de cognatos. Identificação e abordagem de aspectos morfosintáticos mais complexos. Aspectos da organização textual. Estratégias de leitura. Estratégias de uso de gramáticas e dicionários.	Não Existe	2
ENG. PROD.	Introdução a Economia	3	60hr/4cred.	Conceitos básicos: o problema econômico, sistema de mercado e preços, oferta e procura, fluxo circular de renda. Teoria do consumidor. Teoria da produção: funções de produção e de custo, classificação dos mercados a curto e longo prazo. Oferta da firma e sua procura pelos fatores de produção. O equilíbrio geral. Poupança, consumo e investimento. Crescimento econômico.	Não Existe	2
ENG. DE PRODUÇÃO	Introdução a Engenharia de Produção	3	30hr/2cred.	Ciência, Tecnologia, Engenharia e Engenharia de Produção: conceituação e histórico. Engenharia e qualidade. A atuação profissional e social do engenheiro de produção. Projetos em Engenharia de Produção: Conceito, Produtos, Serviços, Organizações, Redes. Planejamento, Controle e Melhoria em Engenharia de Produção. Pesquisa científica em Engenharia de Produção.	Não Existe	2
DFCS	Introdução a Filosofia	4	60hr/4cred.	Educação e Filosofia. Educação e valores. Educação e Cultura. Educação e Ideologia. Teorias pedagógicas do	Não Existe	2

				período moderno. Teorias da Escola Tradicional do século XIX. Teorias pedagógicas escolanovistas. Teorias educacionais tecnicistas. Teorias educacionais críticoreprodutivistas.		
ENG. PRODUÇÃO	Introdução a Sistemas de Informação	4	60hr/4cred.	Informação e Sistemas de Informação. Ssistemas de Informação Convencionais - Níveis da informação e de decisão empresarial (estratégico, tático, operacional), Classificação dos sistemas de informação, Modelo convencional de sistemas de informação. Estratégia Empresarial e Sistemas de Informação - Missão, gestão e estratégias de informações, Planejamento estratégico empresarial, Planejamento estratégico de informações e de informática. Sistemas de Informação Empresarial - Sistemas de informação gerencial e estratégico, Modelos decisórios executivos, Informações executivas e funções empresariais, Produtos ou informações para gestão, Modelo dinâmico dos sistemas de informação empresariais. Tecnologias Aplicadas a Sistemas de Informação e Inteligência do Negócio – EIS (Enterprise Information Systems), SSD (Sistemas de Suporte à Decisão), ERP, Bancos de Dados, Comércio Eletrônico, Datawarehouses, ETL. Desenvolvimento de Sistemas de Informação - Ciclo de Vida e Processo de Desenvolvimento de Sistemas, Levantamento de Requisitos, Análise de requisitos. Paradigmas de Modelagem de Sistemas - Análise Estruturada, Análise Essencial, Análise Orientada a Objetos.	Não Existe	2
HDI0142	Língua Brasileira de Sinais (Libras)	6	60hr/4cred.	Língua Brasileira de Sinais e suas singularidades lingüísticas. Vivência da LIBRAS a partir do contato direto com um(a) professor(a) surdo(a). Implicações do Decreto n° 5.526 para a prática escolar e formação do(a) professor(a).	Não Existe	2
NOVA DISCIPLINA A SER DEG (CCJP)	Macroeconomia	4	60hr/4cred.	Fundamentos da análise macroeconômica; Problemas macroeconômicos; Modelos macroeconômicos; Contas Nacionais; Determinantes da demanda e oferta agregada; Moeda, juros e renda; Relações com o exterior; Equilíbrio geral; Política econômica; Política Monetária; Política Fiscal. Inflação.	Economia Política	2
NOVA DISCIPLINA A SER CRIADA NO DEG (CCJP)	Microeconomia	4	60hr/4cred.	Princípios Econômicos. Modelos microeconômicos. Mercado e Preços; Demanda; Oferta; Teoria do consumidor; Teoria da firma; Estrutura de mercado; Teoria dos jogos; Eficiência.	Economia Política	2

NOVA DISCIPLINA A SER CRIADA NO DEG (CCJP)	Pesquisa em Administração Pública	7	60hr/2 cred. práticos	Disciplina de conteúdo prático envolvendo a pesquisa aplicada nos principais temas da Administração Pública.	Metodologia da Pesquisa	2
NOVA DISCIPLINA A SER CRIADA NO DEG (CCJP)	Pesquisa Qualitativa	7	60hr/2cred. Teóricos e 1 cred. prático	Estratégias de pesquisa qualitativa: bibliográfica, documental, estudo de caso, pesquisa etnográfica, pesquisa-ação. Técnicas de coleta de evidências, dados e informações: observação participante e não participante, questionário, entrevista, grupo de foco, técnica de Delphi, técnica de incidente crítico, análise de conteúdo, análise do discurso, história de vida. Análise de dados qualitativos.	Metodologia da Pesquisa	2
CIENCIAS AMBIENTAIS (DEP BOTANICA)	Planejamento ambiental	7	60hr/4cred.	O planejamento ambiental dá uma orientação ecológica à organização do espaço, com vistas a garantir a sustentabilidade do desenvolvimento urbano e regional, no longo prazo. A sustentabilidade resulta de uma relação harmoniosa entre os sistemas econômicos humanos, mais dinâmicos, e sistemas ecológicos maiores, mas com mudanças mais lentas. Essa relação pressupõe que os efeitos das atividades humanas devam permanecer dentro de certos limites, de modo a não destruir a diversidade, complexidade e funções do sistema ecológico que dá suporte à vida. Os métodos de planejamento ambiental procuram utilizar-se do conhecimento científico e tecnológico disponível para dimensionar esses efeitos e identificar formas adequadas de controlá-los, tomando como referencial básico à saúde pública, à cultura e o potencial econômico no espaço de planejamento.	Sociedade e Meio Ambiente	2
DEP (CCJP)	Políticas Públicas II	5	60hr/4cred.	Estado, sociedade e políticas públicas. As políticas institucionais. Análise comparada de políticas públicas setoriais. As políticas de formação. Desigualdade e políticas sociais. Participação social e políticas públicas. Políticas para o desenvolvimento econômico. Políticas públicas e autoridades locais.	Políticas Públicas I	2
ENG. PRODUÇÃO	Probabilidade	4	60hr/4cred.	Conceitos Básicos de Probabilidade: Espaços de Probabilidade, Probabilidade Condicional e Independência. Variáveis Aleatórias: Definição, Função de Distribuição, Esperança e Momentos. Distribuição e Esperança Condicionais. Leis dos Grandes Números: Lei Fraca, Lema de Borel-Cantelli e Lei Forte. Funções Características. Convergência em Distribuição. Teorema Central do Limite. Processos Estocásticos: Cadeias e Processos de Markov.	Matemática Básica	2
	Representação	4	60hr/4cred.	Conceito e modelos de representação política.	Teoria do Estado	2

DEP (CCJP)	Política			Estruturas da representação. A representação como processo político. Representação e revolução. Representação e sistema político. Mediações sociedade civil-Estado. Mecanismos de representação e de participação política.	Moderno	
JET0013 DEG (CCJP)	Seminário de Dinâmica Empresarial	5	60hr/4cred.	Disciplina de conteúdo de direito empresarial, gerência, resultados, responsabilidade social da empresa etc. Responsabilidade social da Empresa. Empresa e relação de consumo. Estudo de Casos empresariais.	Gestão da Produção	2
JET0017 DEG (CCJP)	Seminário de Políticas Públicas	5	60hr/4cred.	Disciplina de conteúdo aberto na matéria de políticas pública	Políticas Públicas I	2
JET0028 DEG (CCJP)	Seminário de Terceiro Setor	8	60hr/4cred.	Disciplina de conteúdo aberto na matéria do terceiro setor	Gestão Ambiental	2
CIENCIAS AMBIENTAIS (DEP BOTANICA)	Sociedade e Meio Ambiente	6	30hr/2cred.	A disciplina aborda as questões contemporâneas que permeiam a sociedade e sua relação com o meio ambiente e a cidadania.	Não Existe	2
DEP (CCJP)	Sociologia Política	4	60hr/4cred.	Definição e objeto da sociologia política. Fontes e métodos da sociologia política. Teorias dos fatos políticos. Metas e formas da ação social e política. Poder e autoridade. Estratificação social, classes sociais e poder político.	Sociologia Geral	2
DEP (CCJP)	Teoria do Estado Moderno	4	60hr/4cred.	Definição e objeto da sociologia política. Fontes e métodos da sociologia política. Teorias dos fatos políticos. Metas e formas da ação social e política. Poder e autoridade. Estratificação social, classes sociais e poder político.	Introdução à Política	2
NOVA DISCIPLINA A SER CRIADA NO DEG (CCJP)	Tópicos Especiais em Administração Pública	7	60hr/4cred.	Disciplina de conteúdo variável abordando um dos principais temas em Administração Pública.	Planej. Gestão Governamental	2
NOVA DISCIPLINA A SER CRIADA NO DEG (CCJP)	Tópicos Especiais em Gestão Pública	5	60hr/4cred.	Disciplina de conteúdo variável abordando um dos principais temas em Gestão Pública.	Finanças Públicas I	2

12. CARGA HORÁRIA TOTAL DOS COMPONENTES CURRICULARES

CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E POLÍTICAS
CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Componentes Curriculares	Total de Horas
Disciplinas Obrigatórias	2.235 horas
Disciplinas Optativas	480 horas
Atividades Complementares	160 horas
Estágio Curricular Obrigatório	300 horas
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	90 horas
Total	3.265 horas